

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**ASSENTAMENTO AMPARO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS EM
MATO GROSSO DO SUL: CARACTERIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE
POLÍTICAS DE CRÉDITOS**

LEANDRO RENNÊ CAMILO

**DOURADOS/MS
2014**

LEANDRO RENNÊ CAMILO

**EXPECTATIVAS E TENSÕES DOS ASSENTADOS ACERCA DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO
AMPARO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande
Dourados – Faculdade de Administração, Ciências
Contábeis e Economia, para obtenção do Título de Mestre
em Agronegócios.

ORIENTADORA: PROF^a. DRA. MADALENA MARIA
SCHLINDWEIN.

**DOURADOS/MS
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
Programa de Pós-Graduação em Agronegócios**

Leandro Rennê Camilo

**EXPECTATIVAS E TENSÕES DOS ASSENTADOS ACERCA DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO
AMPARO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a. Madalena Maria Schlindwein – UFGD

Prof. Dr. Milton Parron Padovan – EMBRAPA/CPAO

Prof. Dr. Leandro Sauer – CCHS/UFMS

Abril de 2014

LEANDRO RENNÊ CAMILO

**ASSENTAMENTO AMPARO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS EM
MATO GROSSO DO SUL: CARACTERIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE
POLÍTICAS DE CRÉDITO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios com área de Concentração em Agronegócios e Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Grande Dourados.

Dourados (MS), 29 de Abril de 2014.

Prof^a. Dra. Erlaine Binotto
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Madalena Maria Schlindwein (Orientadora)
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Milton Parron Padovan
EMBRAPA/CPAO

Prof. Dr. Leandro Sauer
CCHS/UFMS

AGRADECIMENTOS

Neste momento de retrospectiva dos sujeitos que tiveram a parcela de concretude neste trabalho, gostaria de agradecer primeiramente a Deus, o qual tem sido um sujeito onipresente em meus pensamentos bem como me guiou durante esses dois anos como peregrino do conhecimento.

Aos meus familiares por acalantar a minha ansiedade de uma tripla rotina de trabalho e estudos, bem como pelos momentos de apoio e auxílio nas agruras deste trabalho, especialmente meus pais José Nunes Camilo e Rosimeire Sitta Camilo, meus irmãos Flávio Henrique Camilo e Dênis Rodrigo Camilo, minha namorada Franciele Ribeiro de Lima e meus tios Sandra Sitta e Vilson Antônio Sitta que sempre estiveram presente com palavras e atitudes de incentivos.

À minha orientadora, professora Dra. Madalena Maria Schlindwein, pela atenção, humildade e por abastecer a minha sede pelo conhecimento, e por ser a minha guia do conhecimento nessa peregrinação, muitas vezes, solitária e marcadas por idas e vindas. E como legítima psicóloga sempre acalentou com pensamentos otimistas e com marcas de um vir a ser realizável.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados, seus professores, que transmitiram conhecimentos e ampliaram minha percepção, às vezes limitada, de certos assuntos; aos técnicos da FACE de modo especial a aqueles que contribuíram de forma direta em indireta na minha trajetória como: Marcelo, Anderson, Ludimille e Fernando, Flávio e Roberta, pelo suporte oferecido durante todo o período de estudos.

Aos amigos Heloisa, Adriana, Vanda, Linéia, Shirley, Pr. Diego, Maykon, Ismael, Márcio, Fernando, Felipe, Adevaldo Júnior, Prof. Alexandre, Prof. Caio, Prof. Daniel, que buscaram me motivar para que esta conquista fosse estabelecida com sucesso.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos moradores do Assentamento Amparo, que me concederam o privilégio de adentrarem em suas casas e conhecer um pouco mais sobre suas vidas e percepções de suas vidas. Sou imensamente grato pela cordialidade da recepção e pela disposição em participarem da pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de verificar o impacto das políticas públicas de créditos no Assentamento Rural Amparo no município de Dourados em Mato Grosso do Sul. As políticas públicas adotadas pelos governos em prol de um desenvolvimento para o campo brasileiro têm beneficiado inúmeros agricultores familiares de forma dispare tanto no âmbito nacional quanto na região de estudo, a exemplo dos financiamentos agrícolas. Criados com a finalidade de fornecer recursos públicos aos agricultores familiares, os créditos rurais foram considerados em seu passado uma das políticas públicas mais perversas até então adotadas. No entanto, seguindo as mesmas características, novas políticas continuam vigorando pelo campo ocasionando um conjunto de discrepâncias sociais e econômicas entre agricultores familiares. De forma a estabelecer um comparativo, o presente artigo tem como foco de análise evidenciar e analisar de forma sistêmica a configuração socioeconômica e demográfica bem como a implementação de políticas públicas no Assentamento Amparo. A metodologia utilizada baseou-se de uma pesquisa de campo, através de coleta de dados por meio de aplicação de questionários aos moradores, sendo visitados todos os lotes do assentamento. Assim evidencia-se a grande importância que a agricultura familiar e a reforma agrária têm para o Brasil. Os resultados indicam a necessidade de um redirecionamento mais efetivo de políticas públicas de crédito para os assentamentos desta região, a fim de promover a eficácia de recursos públicos em prover elevação de bem estar e sustentabilidade nas atividades de agricultores familiares em áreas de difícil desenvolvimento e de baixa produtividade.

Palavras-chaves: Políticas Públicas, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This work was carried out in order to ascertain the impact of public policies on credits in Rural Assentamento Amparo in Dourados Mato Grosso do Sul. Public policies adopted by governments in favor of development for the rural Brazil has benefited many farmers so shoot both nationally and in the region of study, the example of agricultural financing. Created for the purpose of providing public funds for family farmers, rural credits were considered in the past one of the most perverse public policy hitherto adopted. However, following the same features, new policy remain in effect through the field causing a number of social and economic discrepancies between family farmers. In order to establish a comparison, this article focuses on the analysis of evidence and analyze systemically the socioeconomic and demographic setting and implementing public policies in the Assentamento Amparo. The methodology used was based on a field research through data collection through questionnaires to residents, being visited every batch nesting. Thus it is evident that the importance of family farming and agrarian reform have for Brazil. The results indicate the need for a more effective redirection of public credit policies for settlements of this region in order to promote the effectiveness of public resources to provide elevation of wellness and sustainability in family farming activities in areas of difficult development and low productivity.

Keywords: Public Policy, Family Farming, Local Development.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Assentamento Rural Amparo com as coordenadas geográficas (Jul/1998) ..	41
Figura 2 - Evolução histórica do montante disponível do Pronaf no Brasil no período de 1999/2000 a 2008/2009 (valores em bilhões de reais).	49
Figura 3 - Evolução histórica dos financiamentos através do Pronaf no Brasil no período de 1999/2000 a 2007/2008 (valores em bilhões de reais).	49
Figura 4 - Valor financiado pelo Pronaf no Brasil e aplicado por tipo de atividade no período de 2004/2014.	55
Figura 5 - Fonte de renda mensal das famílias do assentamento Amparo.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo do Crédito Pronaf 2012/2013	45
Tabela 2 - Recursos do Plano Safra 2011/2012 para estabelecimentos da agricultura familiar (Grandes Regiões).....	50
Tabela 3 - Recursos do Plano Safra 2011/2012 para estabelecimentos da agricultura familiar (Região Centro-Oeste)	51
Tabela 4 - Evolução de recursos disponibilizados para crédito rural no Brasil - Período??	53
Tabela 5 - Programas do governo brasileiro voltados à agricultura familiar	54
Tabela 6 - Programas Governamentais utilizados/em uso destinados a agricultura familiar no Assentamento Amparo em Dourados - MS	54
Tabela 7 – Relação entre chefes de família e membros da família no assentamento Amparo, em Dourados, MS.	56
Tabela 8 - Nível de escolaridade das famílias do assentamento Amparo	58
Tabela 9 - Tempo de moradia das famílias no assentamento Amparo.....	59
Tabela 10 - Complementação de renda dos moradores do assentamento Amparo	62
Tabela 11 - Valores de recebimento de renda complementar dos moradores do assentamento Amparo	63
Tabela 12 - Problemas do assentamento Amparo que poderiam ser solucionados ou amenizados com o auxílio e acompanhamento de assistência técnica	64
Tabela 13 - Principais dificuldades enfrentadas pelas famílias do assentamento Amparo	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAFER	Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e empreendedores Familiares Rurais
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CAN	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DNTR/CUT	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MS	Estado de Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
P.A.	Projeto de assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PANAD	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
POROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRAT	Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA	Reforma Agrária
RAM	Reforma Agrária de Mercado
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SDT	Secretaria do Desenvolvimento Territorial
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O problema e sua importância	17
1.2 Justificativa	19
1.3 Objetivos	21
1.3.1 Objetivo Geral	21
1.3.2 Objetivos Específicos	22
1.4 Estrutura do trabalho	22
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	23
2.1 Desenvolvimento econômico	23
2.1.1 Desenvolvimento rural e políticas públicas na agricultura familiar	24
2.2 Política Nacional de Crédito Rural	28
2.2.1 Agricultura familiar e agricultura patronal	36
2.3 Políticas públicas da agricultura familiar no Brasil	38
2.3.1 Rede Brasil Rural	38
2.3.2 Programa Mais Alimentos - Produção Primária	39
3 METODOLOGIA	40
3.1 Área de estudo	40
3.2 Fonte de dados	42
3.3 Formas de análise	42
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
4.1 Agricultura Familiar do Município de Dourados	47
4.2 Evolução do Pronaf	48
4.2.1 Evolução histórica dos financiamentos realizados pelo Pronaf	48
4.2.2 Evolução dos recursos destinados à agricultura familiar no Brasil	50
4.2.3 Programas de créditos	52
4.2.4 Caracterização demográfica e socioeconômica do assentamento rural Amparo	56

4.2.5 Dados demográficos, socioeconômicos e políticos da população do assentamento Amparo	56
4.2.6 Capacitação, assistência técnica e associativismo no assentamento Amparo	63
4.2.7 Fatores limitantes e propulsores para o desenvolvimento do assentamento Amparo ...	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
6 REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE: QUESTIONÁRIO	82

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar está inserida no grande setor da agricultura nacional e, proporcionalmente, apresenta diversos problemas socioeconômicos que podem, de certa forma, inibir o desenvolvimento local. Oriundos de uma recente tentativa de reforma agrária, os agricultores que são enquadrados na agricultura familiar sentem o peso da ineficácia, ou até mesmo da falta de políticas públicas para o setor, o que reflete diretamente no seu baixo rendimento produtivo (AZEVEDO; PESSÔA, 2011).

O Brasil vem conquistando importantes avanços no campo relacionado à segurança alimentar e nutricional, desde o ano de 2003, quando foi lançada a estratégia “Fome Zero”, adotado como prioridade ao combate à fome e à pobreza. Dessa forma, o Governo Federal criou e fortaleceu políticas públicas que, de certo modo, mostraram-se efetivas para a melhoria das condições sociais e de alimentação de diversos grupos sociais mais vulneráveis (CAISAN, 2011). O processo de institucionalização dessa política inicia-se com a promulgação da Lei nº 11.346/2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e em seguida estabeleceu as bases para a construção da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse processo realiza-se por meio da adoção de mecanismos de participação social, com a retomada das ações do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais, obtendo como base a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que, em 2010, foi inserido na Constituição Federal (CAISAN, 2011).

A agricultura familiar vem contribuindo para o desenvolvimento e, conseqüentemente, para um equilíbrio social, porém seus milhões de pequenos produtores rurais também contribuem para o crescimento econômico do país. No entanto, um grande contingente de agricultores familiares tem dificuldades no desenvolvimento de suas atividades produtivas, que, somadas à ausência de políticas públicas eficientes, obliteram ganhos satisfatórios em suas produções (FRANCIS, 2009).

Lopes (2011) destaca que a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER) oficializou, no primeiro semestre de 2011, sua criação e independência. Na mesma direção de sua criação, o autor relata que o setor nunca teve bandeira própria, sendo as duas grandes confederações da área: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2011).

Para Lopes (2011, p. 1), a Conafer proporciona aos agricultores familiares maior força para cobrar políticas públicas específicas e eficazes dos governos federal, estaduais e municipais. O autor destaca que é preciso “[...] ter acesso a novas tecnologias agrícolas e a sistemas de melhoria da gestão das propriedades, o que resultará maiores ganhos de produtividade, fortalecimento da produção sustentável e aumento da geração de renda”.

Quando se analisa os rendimentos entre a população do campo e dos centros urbanos, os dados também demonstram significativa disparidade, na qual a renda domiciliar *per capita* na área rural corresponde a apenas 46% da renda verificada nos domicílios urbanos. Enquanto o Índice de Gini¹, da renda domiciliar no Brasil, é de 0,515%, para o universo dos domicílios localizados na área rural essa razão chega a 0,727%, demonstrando uma grande parcela de desigualdade da referida população (ABRAMOVAY/IPEA, 2010).

Segundo a Central Única dos Trabalhadores - CUT (2013), pequenos agricultores poderão ter a chance de vender seus produtos diretamente ao consumidor. O ministro do desenvolvimento agrário, a CUT e representantes da agricultura familiar assinaram, em Abril de 2013, um protocolo, em São Paulo, que auxilia o escoamento de seus produtos após a colheita, proporcionando maior segurança ao pequeno produtor familiar. Essa parceria tende a proporcionar maior segurança para as famílias assentadas, com o favorecimento da ampliação de sua produção, tendo um canal de comercialização mais seguro. Quanto aos trabalhadores urbanos, essa segurança pode se refletir no acesso a um produto de qualidade, sendo que boa parte de sua produção foi realizada de forma sustentável.

Quando se discute a questão agrária no Brasil, não se pode desconsiderar a agricultura familiar, dada sua representação para a economia nacional, que se destaca com grande relevância

¹ Instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (HOFFMANN, 1998, p. 6).seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (HOFFMANN, 1998, p. 6).

à interação das dimensões social e ambiental, por meio das quais se chama a atenção para a agricultura familiar, tendo referências significativas às diversas políticas públicas implementadas pelo Governo Federal (PERSICO, 2011).

Fazendo-se referência ao meio rural, a realidade das desigualdades da estrutura social brasileira se expressa de maneira mais aguda. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 e da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2008, ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ressaltam essa afirmação ao estabelecer comparações entre as realidades sociais do campo e da cidade. Segundo os critérios do IBGE, estima-se que a população residente em domicílios rurais no Brasil represente 16,3% do total, com tendência de queda relativa. Dentre as regiões brasileiras, o Nordeste concentra 47,9% da população rural, justamente a região com os maiores índices de pobreza no país, enquanto as outras quatro regiões comportam os 52,1% restantes (SILVA, 2012).

1.1 O problema e sua importância

Segundo Landim (2004), em meados dos anos de 1960, surgem, em diversos países do mundo em desenvolvimento, pequenos projetos e programas especiais que visam aos financiamentos dirigidos às parcelas mais pobres das populações rurais. Essas iniciativas, governamentais e privadas, respondiam, em parte, à constatação de que os sistemas financeiros convencionais não desempenhavam, a contento, o papel de financiadores de atividades e empreendimentos rurais, principalmente quando se tratava de investimentos de pequeno porte. Com isso, as atividades financeiras relacionadas às demandas da agricultura de pequena escala - inclusive a praticada nos programas e projetos de reforma agrária - e as reivindicações dos trabalhadores rurais, agricultores sem terra, agricultores familiares e agricultores assentados colocaram em pauta a necessidade de criação de políticas específicas de crédito rural que o tornassem acessível a estes segmentos da população do campo.

Para Damasceno, Khan e Lima (2011), as políticas de apoio produtivo, dentre as conhecidas como microcrédito, a determinados tipos de grupos sociais, dos quais destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado na década de 1990, caracterizam-se como mecanismos que proporcionam o desenvolvimento de forma direta

por meio de incentivos financeiros do Governo Federal. Os recursos monetários oriundos dessas políticas proporcionam uma injeção de liquidez considerável para impulsionar as relações internas de produção e mercado. Esses resultados são frutos da incidência territorial das políticas públicas e serão tanto melhores quanto mais desenvolvido for o arranjo institucional que se forma em torno da implementação da política, além de ter seu foco relacionado à redução da pobreza e das desigualdades sociais. As políticas públicas interferem diretamente na dinâmica econômica territorial, enfatizando a importância da agricultura familiar para o país, ao despertar interesse do Estado no sentido de investir, em suas linhas de atuação, nas atividades dos pequenos produtores rurais.

Para que o desenvolvimento do meio rural ocorra, é necessária uma distribuição de terras mais igualitária. Para tanto, as políticas de reforma agrária são imprescindíveis, no entanto, nem sempre eficientes. Neste ínterim, Guanzirolí (2001) destaca que “(...) no início da reforma agrária brasileira, várias críticas eram feitas ao pequeno apoio dado aos assentados rurais, tanto com relação aos recursos financeiros, como aos termos de assistência técnica, extensão rural e demais serviços públicos” (GUANZIROLI *et al.*, 2001, p. 229).

No estado de Mato Grosso do Sul, destacam-se as propriedades com grandes extensões de terra, muitas delas improdutivas, concentradas nas mãos de poucos proprietários rurais. Esse contexto propiciou o crescimento da produção em um primeiro momento, incrementando a produção de soja, como por exemplo, o grupo Itamaraty, em Ponta Porã no estado de Mato Grosso do Sul, que se tornou o maior produtor de soja do mundo na década de 1980.

Nessa mesma época surgiram movimentos sociais como o “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” – MST e outros semelhantes combativos da concentração fundiária, não somente naquela região, como em várias partes do país. No entanto, em Mato Grosso do Sul, os primórdios do processo de reforma agrária aconteceram na era Vargas, na década de 1950, criando as Colônias Agrícolas de Dourados e Vargas, no sul do então estado de Mato Grosso², com preocupações referentes à geopolítica de ocupação do território do estado. O processo de

² Lenine Póvoas relata que a divisão ocorreu em virtude dos estudos da Escola Superior de Guerra, e lá chegaram a conclusão que Mato Grosso se tornaria uma potência junto com São Paulo e isso poderia permitir que ambos os estados entrassem num movimento separatista no Brasil. Diante disso por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, efetivou-se a adesão do sul ao movimento, sob a condição de que se fosse vitorioso seria dividido o antigo estado. No dia 1º de outubro de 1977, finalmente concretizou-se o desmembramento de Mato Grosso do Sul, que o presidente Ernesto Geisel elevou à categoria de estado em 1º de janeiro de 1979, sendo o primeiro governador empessado Harry Amorim Costa, além da Assembléia Constituinte (NEVES 2001, p. 234).

reforma agrária vigente nas últimas décadas, porém, teve início em meados de 1980, com acampamentos que resultaram em assentamentos nos municípios de Itaquirai e Novo Horizonte do Sul, seguidos de uma sucessão de novos acampamentos que foram se estabelecendo e reivindicando áreas dentro do contexto da reforma agrária no estado (IDATERRA, 2001).

No que se refere à reforma agrária, o estado de Mato Grosso do Sul conta, em 2013, com mais de 202 assentamentos rurais, abrangendo 28.559 famílias assentadas. A realidade dos assentamentos rurais no Brasil, especialmente em Mato Grosso do Sul, traz para a discussão um problema mais complexo devido às origens diferenciadas como ideologias, tradições e costumes daqueles que chegam aos assentamentos. Essas particularidades dificultam e/ou tornam mais lento o processo de integração do grupo e, conseqüentemente, da meta de produção/produktividade desejada por todos - fato esse que merece uma atenção especial e estudos mais profundos a fim de minimizar os problemas existentes (INCRA, 2012).

Nesse contexto, Mato Grosso do Sul destaca-se como um dos estados brasileiros onde as Políticas de Reforma Agrária dos Governos Federal e Estadual foram mais efetivas, mas, mesmo assim, não o suficiente para atender a todas as expectativas dos assentados. Entretanto, a distribuição e a problemática de cada assentamento são desconhecidas da sociedade em geral e mesmo das instituições que poderiam contribuir com o desenvolvimento dessas novas comunidades.

1.2 Justificativa

A reforma agrária brasileira vem despertando o interesse de pesquisadores e programas governamentais. Em um conjunto de políticas, foi mantida, por muito tempo, a ideia de que o interior é unicamente formado por padrões agrários. Diante disso, deixou-se de investir e de incentivar outras formas de desenvolvimento rural que não estivessem vinculadas diretamente ao agronegócio. Entretanto, como afirmam Albuquerque, Lobo e Raymundo (1999), essa já não é a forma privilegiada de produção econômica que se encontra na zona rural. Já na visão de Ignácio Rangel, a questão agrária centraliza-se nos complexos rurais da economia brasileira, “(...) que em países subdesenvolvidos faz com que a agricultura cumpra as funções do setor primário, secundário e terciário da economia ao mesmo tempo” (DE MERA, 2008, p. 5).

Observa-se que existem fatores socioeconômicos e demográficos associados às problemáticas dos assentamentos rurais, como: o quadro familiar, a escolaridade, a produtividade do lote, a renda, a capacitação técnica, o associativismo, entre outros. Entender como esses fatores influenciam diretamente o desenvolvimento destes locais é muito importante para a elaboração de políticas públicas relacionadas à qualidade de vida dos assentados, à produtividade e, em especial, à geração de renda pelos seus lotes, que se identifica como um fator indispensável para suprir suas necessidades básicas (SANGALLI, 2013).

Destaca-se que uma política de reforma agrária deve ser implantada em conjunto com diversos outros tipos de políticas públicas, em áreas como saúde, educação, acesso a crédito, assistência técnica e infraestrutura, dentre outras.

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta diversas atividades agrícolas importantes, como: milho, soja, pecuária de corte e outros produtos, que se destacam pela grande participação da Agricultura Familiar, composta por assentados, quilombolas e pequenos produtores, produzindo parcela significativa dos alimentos que são consumidos pela população. Ressalta-se que propriedades com menos de 100 ha representam aproximadamente 55% dos proprietários e apenas 3% da área total do estado. Já por outro lado, as propriedades com mais de 5.000 ha estão sob o controle de pouco mais de 2% dos proprietários, representando 40% da área do estado (KOMORI *et al.*, 2007).

Dentre as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, cabe ressaltar estudos realizados por Pacheco (2010), que trata da questão agrária e da regularização fundiária no Brasil; Menegat e Farias (2010), que discutem resultados de uma pesquisa feita em vários Assentamentos Rurais de Mato Grosso do Sul, na qual evidenciam que as políticas públicas incentivadoras das mulheres promovem situações de visibilidade enquanto gestoras de empreendimentos. Nesse mesmo contexto, Castro (2010) aponta a carência de investimentos através de políticas públicas governamentais identificadas em pesquisas feitas no Assentamento Lagoa Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, ao analisar a pecuária leiteira como principal atividade para fins de geração de renda. Ainda considerando a mesma ótica, Sangalli (2013) realizou um diagnóstico socioeconômico e identificou potencialidades de desenvolvimento sustentável no Assentamento Rural Lagoa Grande, em Dourados, MS.

Figueiredo *et. al* (2008) enfatizam sua pesquisa em relação a um Sistema Agroflorestral no Assentamento Lagoa Grande, em Dourados, Mato Grosso do Sul, mostrando uma experiência em

expansão, assim como Silva *et. al* (2012) aborda características fundamentais sobre sistemas agroflorestais na mesma comunidade. Já Souza (2012) aborda a implantação de apiários no Assentamento Amparo, demonstrando que é uma atividade reconhecida e importante na geração de emprego e renda para as famílias no referido assentamento, sendo esse um fator de diversificação na propriedade rural, gerando benefícios sociais, econômicos e ecológicos.

No município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, foram criados, no ano de 1997, dois assentamentos rurais: Lagoa Grande, com 158 famílias distribuídas em uma área de 4.070,76 hectares; e, Amparo, com 67 famílias distribuídas em uma área de 1.126,89 hectares (MDA/INCRA, 2011). Conforme Andrade (1998), o projeto de assentamento demarca o fim de um ciclo e o início de outro, tratando-se de um processo de transformação pelo qual famílias de trabalhadores rurais têm a oportunidade de desenvolver seus projetos de vida, mudando seus destinos e resolvendo o problema da própria sobrevivência.

Segundo Fonseca (2005, p.7), no Brasil ainda não se discute muito questões referentes à avaliação de políticas públicas, o que pode ser devido “[...] ao fato de ter-se iniciado há pouco tempo o processo de democratização da política no país. Pois os governos não veem de uma forma positiva os estudos que são voltados para esse tipo de análise, talvez por medo de críticas”.

Nesse contexto, após identificar a ausência de pesquisas abordando as políticas públicas governamentais relacionadas à agricultura familiar, considera-se que há uma deficiência de estudos sobre a temática no assentamento Amparo, em Dourados, onde se propõe a realização deste estudo. Busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: em que medida as políticas públicas destinadas à agricultura familiar impactam positivamente no assentamento Amparo?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o Assentamento Amparo, no município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, no que se refere à configuração socioeconômica e demográfica e à implementação de políticas públicas.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever as políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, implantadas no Brasil, a partir da década de 1990;
- Analisar a configuração socioeconômica e demográfica das famílias residentes no Assentamento Amparo, em Mato Grosso do Sul;
- Identificar as políticas públicas de crédito implementadas no assentamento Amparo, seus resultados, além das dificuldades para sua implantação.

1.4 Estrutura do trabalho

Este estudo divide-se em quatro seções, sendo que esta primeira inclui a introdução, que destaca o problema e a sua importância, bem como os objetivos deste estudo. A segunda seção refere-se a uma revisão bibliográfica sobre políticas públicas em assentamentos rurais, enfatizando os créditos governamentais mais utilizados e suas deficiências, com foco na reforma agrária e no desenvolvimento rural. Na terceira seção, será apresentada a metodologia, destacando as técnicas de pesquisa, a população a ser estudada, a obtenção e análise dos dados. Já na quarta seção, apresentam-se e discutem-se os resultados da pesquisa. A seguir, estão as considerações finais e as referências utilizadas no estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica está dividida em duas partes: na primeira, destaca-se a revisão teórica sobre temas relacionados ao desenvolvimento, conceituando e demonstrando suas principais características; na segunda, apresenta-se a revisão dos principais estudos, dando ênfase a temas relacionados às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar no Brasil.

2.1 Desenvolvimento econômico

O crescimento econômico ocorre quando a renda real de um país, proveniente de atividades produtivas, aumenta, no decorrer de um determinado período de tempo. Quando se fala em renda nacional, faz-se referência ao produto total de um país, relativo a bens e serviços finais (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Bresser-Pereira (2006) conceitua “Desenvolvimento Econômico” como um fenômeno histórico que tende a ser observado em vários países ou estados-nação, caracterizado pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por um sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

Diversos autores que trabalham com temáticas relacionadas ao desenvolvimento econômico sintetizam seu conceito com base em uma mudança estrutural. Ou seja, o desenvolvimento é uma transformação na relação e nas proporções internas do sistema econômico. Assim, a sociedade é caracterizada por um conjunto econômico complexo, que traduz formas econômicas e sociais diversas, mostrando que o desenvolvimento econômico ocorre quando o aumento permanente na produtividade média do trabalho assimila-se a essa estrutura complexa (FURTADO, 1967).

O desenvolvimento local pressupõe uma mudança consciente da realidade de um determinado ambiente. Para tanto, um fator importante a ser destacado refere-se à articulação entre vários personagens e esferas de poder, como a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e o próprio governo. Desse modo, todos os personagens contribuem com um papel específico para o desenvolvimento local de determinada região (BUARQUE, 1999).

Conforme o relatório “Esboço Zero”, apresentado na Conferência Mundial Rio + 20, evento realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), são necessárias ações conjuntas que contemplem as partes econômica, social e ambiental, quando se discute o desenvolvimento sustentável. De acordo com a ONU (2012, p. 5):

Nós renovamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e expressamos nossa determinação em buscar uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Nós reiteramos nossa determinação em fortalecer a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Juntas, nossas ações devem cobrir as lacunas de implementação e obter uma maior integração entre os três pilares de desenvolvimento sustentável – o econômico, o social e o ambiental.

O desenvolvimento sustentável caracteriza-se não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se tornam compatíveis: a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro (CANEPA, 2007).

Assim sendo, o desenvolvimento sustentável é uma forma de aprendizagem social de longo prazo, sendo direcionado e orientado por políticas públicas governamentais, embasado por um plano de desenvolvimento nacional (BEZERRA; BURSZTYN, 2000).

Observa-se, então, que o desenvolvimento sustentável é fator fundamental para que ocorra a erradicação completa da pobreza. Para tal, busca-se fortalecer seus estudos e agregar os três tipos de desenvolvimentos-chave para este aspecto: o econômico, o social e o ambiental. Sen (2000) apresenta um novo enfoque de desenvolvimento, visto como expansão das liberdades substantivas centrados nos agentes sociais. Uma das proposições do autor é a necessidade de se pensar a pobreza a partir de uma abordagem relacional. As ideias propostas por Sen podem ser enfatizadas como um avanço para se pensar na relação entre pobreza, cidadania e emancipação social e política dos indivíduos, na medida em que se busca avaliar e desenvolver a visão de bem-estar centrada na realização do potencial humano.

2.1.1 Desenvolvimento rural e políticas públicas na agricultura familiar

Até meados da década de 1990, a agricultura, num contexto geral, vinha compactuando com as políticas públicas governamentais, dando exclusividade ao setor patronal e restringindo o

acesso da agricultura familiar aos recursos financeiros para a produção. Dentro desse contexto, ocorreram diversas mudanças estruturais nas políticas de crédito que acabaram dando um resultado significativo e visível para a agricultura familiar (FIALHO; WAQUIL, 2008).

No que se refere à política de crédito, Gazzola e Schneider (2007) destacam que, por conta do caráter mercadológico, não se tem alcançado o objetivo por completo referente à diversificação da produção, acarretando a possibilidade de especialização da produção e o comprometimento da diversificação da produção a que se propõe o PRONAF. Assim:

[...] o agricultor participa da dinâmica do mercado e passa a ficar dependente desta, inclusive do ponto de vista alimentar. No caso do PRONAF, a mercantilização consiste no processo pelo qual a política pública financia as atividades produtivas que possuem um mercado assegurado em detrimento das atividades que são responsáveis pela geração do consumo de alimentos das famílias, caracterizando, assim, um privilégio da esfera comercial e mercantil das unidades familiares (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 4).

Não é interessante que o agricultor fique dependente do crédito por muito tempo, o mais plausível seria que ele pudesse investir na atividade, mantendo-se a partir desse custeio, com certa autonomia, junto à atividade produtiva. Nesse contexto, Gazzola e Schneider (2007, p. 5) relatam que:

[...] o modelo proposto de política pública para a agricultura familiar pode direcionar para modelos tecnológicos que não tem relação com a lógica de reprodução das famílias, o que pode promover políticas de financiamento para essa categoria, em que acabe direcionando para a especialização da produção, fragilizando o caráter da diversificação, conduzindo para uma lógica de mercado que pode estimular o agricultor a buscar financiamentos para atividades que estejam estreitamente relacionadas à expectativa do mercado, com a ilusão em alguns casos do potencial de retorno financeiro e a garantia da comercialização.

Com relação à agricultura familiar, Lamarche (1997, p.7) destaca que essa categoria tem continuamente resistido às dinâmicas e ao contexto histórico do campesinato, no qual “[...] a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalhos estão intimamente ligados à família”. Outros autores, como Costa (2001) e Hurtienne (2005), tratam de conceitos ligados à pequena produção, em que abordam, ainda, a questão de propriedade ou posse da terra, sendo que essa propriedade deve ter área de até 200 ha.

Para se enquadrar como agricultor familiar é necessário seguir alguns critérios, como: dominar as principais práticas de atividades no meio rural; não possuir área maior do que 4

(quatro) módulos fiscais³; utilizar, predominantemente, mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; possuir um percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento e dirigi-lo com sua família (Lei 11.326/2006 Art. 3º).

O grande debate, no ano de 2013, em relação à agricultura familiar, vem se intensificando diante de diversos fatores políticos, sendo que o governo tende a eleger a forma de produção agrícola como a principal protagonista do desenvolvimento rural. Contudo, é inegável o significativo crescimento de linhas e programas estatais adotados pelo governo como meio de buscar o desenvolvimento rural nas propriedades agrícolas familiares (MDA, 2013). Segue a apresentação de uma síntese desses programas:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): foi o primeiro programa de crédito rural, lançado em 1996, em resposta à pressão de diversos movimentos populares. Somente a terra não bastava para sustentar a produção, era necessário viabilizar recursos financeiros para iniciar a estruturação e a produção agrícola de maior qualidade. O programa estabelece-se até nos dias atuais, sendo a linha de crédito de menor taxa de juros comprando-se com os demais.
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): foi implantado em meados de 1955, garantindo a transferência de diversos recursos financeiros. Pode-se citar a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica, matriculados em escolas públicas e até mesmo filantrópicas. Criou-se, dessa forma, uma política de mercado para a agricultura familiar, podendo ser comercializados os produtos agrícolas dos agricultores para serem utilizados na merenda escolar.

A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14, 2009). A aquisição de gêneros alimentícios

³ Unidade de medida, expressa em hectare, fixada para cada município, instituída pela Lei n.º 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Atualmente, o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação do imóvel rural quanto a sua dimensão, tendo sua variação conforme a região estabelecida, de conformidade com art. 4.º da Lei n.º 8.629/93 (INCRA, 2013).

será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas (BRASIL/MDA, 2012).

- Agroindústria: tem como público alvo os agricultores familiares, pessoas físicas e jurídicas. O projeto é formado por, no mínimo, 90% desses agricultores com ao menos 70% da matéria-prima própria (as agroindústrias que trabalham com o processamento de leite têm regras diferenciadas). O referido programa tem como finalidade apoiar a agroindústria da produção dos familiares e a sua comercialização, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural. Oferece-se, assim, uma oportunidade de melhoria das condições de vida das populações beneficiadas pelo Programa (BRASIL/MDA, 2014).
- Assistência Técnica: este programa é conhecido como Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e busca melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, aperfeiçoando os sistemas de produção e os mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável (BRASIL/MDA, 2012).
- Biodiesel: tende a incentivar a produção de matérias-primas que podem ser utilizadas na fabricação dos chamados “combustíveis renováveis”, tendo como objetivo a geração de renda.
- Garantia-Safra: tem como objetivo cobrir a perda de safra em caso de intempéries, porém com limitação, dada sua disponibilidade apenas para algumas regiões (Nordeste do país, área norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e área norte do Estado do Espírito Santo). Dessa forma, o projeto não tem efeito em uma escala nacional, como os demais programas oferecidos.
- PRONAF Mais Alimentos: refere-se a uma linha de crédito específica do PRONAF, tendo como finalidade os investimentos em infraestrutura da propriedade rural, bem como a aquisição de máquinas e de novos equipamentos, a correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas de armazenagem.
- Seguro da Agricultura Familiar (SEAF): é uma expansão do “garantia safra”, pois cobre possíveis perdas e parte da renda esperada com a lavoura. O projeto revela-se inflexível, sendo que “o agricultor precisa observar os cuidados básicos com a

lavouira, bem como comprometer-se a utilizar tecnologia adequada para a cultura e ter cuidados com o manejo” (MDA, 2012, p. 1).

- Talentos do Brasil: busca no artesanato uma forma de preservar a cultura e de gerar renda, utilizando conhecimentos artesanais, com matérias-primas locais. Esse projeto surge com o intuito de agregar renda às famílias, tanto na produção individual quanto na coletiva.

Observa-se, então, que o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) é o órgão que rege toda a responsabilidade pela gestão das políticas públicas, que são voltadas ao desenvolvimento rural e aos programas existentes atualmente.

O bem estar do cidadão deve ser de responsabilidade do Estado, conforme afirma Simão (2010). Segundo este autor, isso pode ser atingido a partir de uma gestão governamental eficaz que cumpra com seus objetivos por meio da elaboração de programas específicos, políticas e projetos coerentes com as necessidades de toda população.

A avaliação das políticas públicas resume-se a um sistema de ações que foram introduzidas em diversos países da América Latina e que se justificam pela necessidade de modernização da gestão pública, além de dinamizar e legitimar a reforma do Estado (FARIA, 2005).

2.2 Política Nacional de Crédito Rural

A necessidade de incentivos políticos nas áreas rurais vem sendo confirmada através de pesquisas e de dados o que possibilitam a adoção de uma política diferenciada para a agricultura familiar. Diante disso, no ano de 1994, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento estabeleceu a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (POROVAP), que passa a ser a primeira linha de crédito específica para agricultores familiares, tendo como objetivo “[...] disponibilizar créditos das políticas agrícolas e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sofrendo dificuldades de se manter no campo” (SCHNEIDER *et. al.*, 2004, p. 2).

Ainda na década de 1990, a agricultura brasileira, particularmente a da região Meridional do Brasil, era afetada fortemente pelo grande processo de abertura comercial e desregulamentação dos mercados, uma vez que esses elementos submetiam-na a uma forte concorrência com os países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Por outro lado, essa época também foi marcada por diversos fatores decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural, principalmente na esfera governamental. O movimento sindical dos trabalhadores rurais, que estão ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), passa a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares (SCHNEIDER, 2004).

Destacam-se, a partir de então, políticas públicas voltadas ao meio rural, como os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2004). Como exemplo, cita-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como uma de suas principais diretrizes: “[...] o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local” (Resolução FNDE 32/2006). Este programa também foi uma forma de incentivo aos pequenos produtores para o escoamento de sua produção (Resolução FNDE 32/2006).

O PNAE foi um dos programas que o município de Bananeiras-Paraíba decidiu implementar. Programa este que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (Lei nº 11.947/2009).

O PNAE busca dar importância à área educacional, que se baseia na formação de hábitos e atitudes alimentares, desde 2005, estando ligado à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), e, ainda, tendo ligação construtiva com um dos programas que representam o eixo de acesso aos alimentos. O referido programa tem ligação direta com a agricultura familiar, proporcionando incentivo às famílias com propriedades pequenas, para que haja desenvolvimento local (PNSAN, 2005).

O MDA (2014) aponta como principais oportunidades do PNAE para a Agricultura Familiar: a capacidade de produção da agricultura familiar como fornecedora de alimentos

diversificados e de qualidade; a sensibilização crescente das Prefeituras para vislumbrar o PNAE como instrumento de desenvolvimento local; a conscientização crescente da sociedade para a necessidade de hábitos alimentares saudáveis; a preservação das tradições alimentares locais; e a produção com baixo impacto ambiental.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. Esse projeto vem complementar o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) que visa apoiar a comercialização dos produtos alimentícios da agricultura familiar, em que o governo adquire alimentos dos agricultores familiares e doa parte deles para pessoas em risco alimentar (MDA, 2014).

O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pela Lei 10.696, de 02/07/2003, regulamentada pelo decreto nº 5873 de 15/08/2006, e tem como finalidade principal o incentivo à produção agropecuária e a sustentação de preços, adquirindo alimentos feitos por produtores familiares enquadrados nos grupos de A a E do Pronaf, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais, aquicultores familiares, trabalhadores rurais sem terra acampados, e comunidades indígenas, por meio de suas associações ou cooperativas. Os alimentos são comprados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, por prefeituras e por alguns estados, a um preço de referência, equivalente ao preço de atacado do produto pesquisado no mercado regional. Para alguns alimentos, o preço é estabelecido pelo Grupo Gestor Interministerial do Programa - Conab; Ministérios (da Agricultura, da Pecuária, do Abastecimento, da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS). O PAA ainda conta com a participação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (Conseas), como mecanismo de controle social dos projetos, conferindo maior confiabilidade à sua fiscalização e execução (MDA, 2014).

Na década de 1990, o governo do presidente Fernando Collor de Mello extinguiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER. As tentativas de coordenação nacional por meio da Embrapa e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura não foram capazes de evitar o processo de desmonte, que acabou por eliminar quase por completo os serviços relacionados à assistência técnica. Na ausência do apoio federal aos serviços oficiais de ATER e diante da inexistência de uma política nacional para o setor, de acordo com o MDA (2004), alguns estados buscaram a manutenção desse instrumento de política pública, reestruturando os serviços e criando novos mecanismos de financiamento e operacionalização das

empresas oficiais, além de apoiarem outras entidades emergentes. A consequência desse processo para a agricultura é evidenciada pela comprovada insuficiência ao atender a demanda de agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural. Cabe ressaltar que a Constituição Federal de 1988 e a Lei Agrícola de 1991 determinam que a União mantenha serviços de ATER pública e gratuita para os pequenos agricultores (MDA 2014).

De forma a atender as necessidades da agricultura familiar, diante das estratégias de desenvolvimento do país, o MDA vem buscando estabelecer uma Política Nacional que possa atacar de modo eficiente suas deficiências agrícolas. A agricultura familiar camponesa contribui para a “[...] produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral” (VAN DER PLOEG, 2009, p. 17). Lembra Altieri (2008) que as diversas estratégias de desenvolvimento convencionais, elencadas na modernização e no uso de intensas tecnologias, apresentaram limitações no que toca a capacidade de promover um “desenvolvimento equânime e sustentável”. Entretanto, o avanço da agricultura vem trazer consigo uma série de entraves e danos socioambientais. Nesse sentido, Altieri (2008, p. 19) argumenta que:

Em muitas regiões, a modernização da agricultura, com a utilização de tecnologias intensivas em insumos, aconteceu sem a distribuição da terra. Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de Revolução Verde – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos.

Pode-se perceber, no entanto, que o governo Lula não cumpriu as metas de assentamento do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA e, assim, conseqüentemente, não fez reforma agrária. O referido governo apenas colocou em prática uma política de assentamentos novos e a reestruturação de assentamentos antigos para fornecer força de trabalho às indústrias do complexo *agrobusiness*, num contexto de desenvolvimento capitalista para o campo, interditando a partilha ou destruição da grande e média propriedade fundiária (ENGELMANN; DURAN, 2012).

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), conduzido pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), trata-se de:

“[...] um programa do governo federal que tem por objetivo favorecer diretamente um desenvolvimento regional que integre mediante a definição da participação de projetos de infraestrutura coletivos entre os diferentes ministérios, serviços dos Estados locais, municípios e sociedade civil, evidenciado de um apoio prioritário ao segmento da agricultura familiar” (SABOURIN, 2007, p. 2).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2013), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é outro programa de política governamental que é oferecido aos produtores rurais através do qual financiam-se projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa tem as mais baixas taxas de juros dentre os financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência dentre os sistemas de crédito do País. Neste programa, de acordo com o MDA (2013), são oferecidas diversas áreas de crédito, tais como:

- **Pronaf Custeio**

Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e ao beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

- **Pronaf Mais Alimentos - Investimento**

Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

- **Pronaf Agroindústria**

Estabelece uma linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

- **Pronaf Agroecologia**

Funciona como uma linha de crédito para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e à manutenção do empreendimento.

- **Pronaf Eco**

Apresenta linha de crédito para financiar investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

- **Pronaf Floresta**

Financia investimentos em projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

- **Pronaf Semiárido**

É uma linha definida para financiar investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas a projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

- **Pronaf Mulher**

Define-se com uma linha para financiar investimentos de propostas de crédito para a mulher agricultora.

- **Pronaf Jovem**

Apresenta um tipo de financiamento de investimentos em propostas de crédito para jovens agricultores e agricultoras.

•Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares

Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

•Pronaf Cota-Parte

Propõe financiar investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados às cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Além desses programas referidos à agricultura familiar, cabe destacar o Microcrédito Rural, que tem por finalidade auxiliar os agricultores de baixa renda, podendo, desse modo, serem inclusos os pequenos produtores da agricultura familiar, como se destaca abaixo:

• Microcrédito Rural

Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B (agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, tem o trabalho familiar como base, dentre outros) e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C (Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF) - (BACEN, 2013).

Já o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) tende a garantir às famílias agricultoras que aderem ao Pronaf Custeio ou ao Pronaf Investimento, no caso de baixa de preços no mercado, um desconto no pagamento do financiamento, que corresponde à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto.

Destaca-se ainda uma linha que se dirige exclusivamente aos agricultores familiares que contratam os financiamentos de custeio agrícola no Pronaf, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), que se institui no círculo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), vem atender a uma reclamação recorrente dos agricultores: realizar a produção com segurança e com relativa garantia de renda. Assim, o SEAF, em relação ao valor financiado,

não se limita a cobrir o valor integral, mas também garante 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento (DINIZ, 2012). Observa-se, assim, uma diversidade de créditos rurais, concedidos pelo governo federal através de seus colaboradores diretos e indiretos, que ajudam a proporcionar maior incentivo ao desenvolvimento e crescimento econômico na agricultura familiar no país.

Conforme o Diário Oficial do Distrito Federal (2013), o Governo do Distrito Federal tem focado, ao longo dos últimos dois anos, em políticas públicas direcionadas para a reforma agrária. Uma iniciativa de ação é a regulamentação de um projeto pioneiro na área, parado há 16 anos, e que, no ano de 2013, especificamente no dia 17 de Abril, quando se comemora o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, o governador do Distrito Federal assinou o decreto nº 34.289, que regulamenta o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT. O PRAT foi criado pela Lei nº 1572, de 22 de julho de 1997, que também estabelecia a criação do Conselho de Políticas de Assentamento (CPA). O referido conselho debateu diversos itens que irão compor o Programa, construindo-o coletivamente. Os membros do conselho foram nomeados pelo governador em dezembro de 2012, sendo que suas primeiras reuniões ocorreram em janeiro de 2013, e a minuta do decreto que regulamenta o PRAT foi aprovada no dia 7 de março do mesmo ano, cumprindo rigorosamente o cronograma instituído, que estabelecia 60 dias para todas essas atividades.

O PRAT faz parte da Política Integrada de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais do Distrito Federal, que unifica os procedimentos e a atuação dos órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF) no atendimento das demandas dos trabalhadores rurais acampados e assentados. Essa é uma política inédita no DF, que está dividida em cinco eixos de atuação: prevenção e mediação de conflitos no campo; criação de assentamentos rurais; instalação dos assentamentos do DF; inclusão das famílias nos serviços públicos; inclusão produtiva e geração de renda, desenvolvimento social e cidadania, sendo um modelo que visará à sua replicação em diversos estados brasileiros após ser implementado.

Conforme pesquisa realizada sobre as políticas públicas voltadas para o setor agrário, a agricultura familiar, em especial, tem desempenhado papel importante no estado da Paraíba, na intervenção no processo produtivo e comercial dos produtos agrícolas. A implementação do PAA e do PNAE, no município de Bananeiras – Paraíba, pôde garantir, pela prefeitura local e pelos conselhos das escolas estaduais, a compra da produção familiar, o que possibilitou maior

estabilidade à atividade agrícola, garantindo ocupação e renda ao produtor em seu próprio local, com incentivo à permanência e à inclusão social no campo, proporcionando melhores condições de vida (RAYFF; COELHO, 2011).

2.2.1 Agricultura familiar e agricultura patronal

O ambiente rural brasileiro vem apresentando progressos, principalmente quanto as suas relações sociais e de trabalho, ocasionando uma transformação das noções de urbano e rural em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais. A delimitação de fronteiras entre a cidade e o campo, a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais, torna-se cada vez mais difícil. O urbano e o rural estão indissociáveis (GRAZIANO, 1998).

Observa-se, através de alguns estudos, as dificuldades de conceituar a agricultura familiar. Nesse sentido, Melo e Ribeiro (2008) *apud* Nazzari *et al.* (2010, p. 22) destacam que:

[...] definir [Agricultura Familiar] pelo tamanho de terra e número de trabalhadores contratados na unidade rural foi uma forma utilizada pelos órgãos de planejamento, reforma agrária e desenvolvimento rural do Brasil, principalmente para fins de estatística e financiamento. Porém, pode-se considerar que a agricultura familiar está relacionada a outros aspectos ligados à família, ao trabalho, a terra e ao ambiente.

Um fator significativo dessa estratificação das propriedades rurais é demonstrar como se iniciou o regime de trabalho prevalecente na propriedade familiar ou assalariado, fazendo-se uso do meio familiar. De acordo com a Lei Federal n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, “Lei da Agricultura Familiar”, consideram-se agricultor familiar e empreendimento Familiar Rural aqueles definidos na referida Lei, em que se estabelecem as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, como sendo uma:

[...] economia Popular e Solidária, setor formado pelos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES – constituído por empresas, cooperativas, redes e empreendimentos de autogestão caracterizados pelos requisitos expressos na Lei n.º 13.531, de 20 de outubro de 2010, e na legislação federal, e que tenham como características serem coletivos e supra familiares, utilizarem práticas permanentes e não eventuais, e prevalência da

existência real ou da vida regular da organização produtiva, mesmo sem o registro legal (LEI N.º 13.922, DE 17 DE JANEIRO DE 2012, p. 2).

Dados pesquisados pela FAO e pelo INCRA, nos anos 1990, ressaltam a importância que tem a agricultura familiar para o Brasil, passando a ter maior participação diante do contexto das políticas públicas para o espaço rural (AZEVEDO; PESSÔA, 2011).

Saraceno (1994) ressalta que a heterogeneidade das áreas rurais tem aumentado, perdendo o seu significado anterior de uma categoria analítica oposta às áreas urbanas. Diante disso, sugere-se uma categoria espacial alternativa – economia local – onde a distinção entre o urbano e o rural tem pouca relevância.

De acordo com Fialho (2000), até por volta da década de 1980, ao se pensar em agricultura no Brasil, imaginava-se uma grande propriedade preocupada com a produção em grande escala de grãos destinados aos mercados interno e externo. Já na década de 1990, a agricultura familiar começa a ganhar importância, sendo que a agricultura baseada na grande extensão de terra e no aporte tecnológico ameaça o emprego agrícola. A relevância e a discussão do papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionadas pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Pronaf refletem e alimentam esse debate na sociedade.

As definições sobre o tema são estruturadas, na sua maioria, em algumas variáveis que estão relacionadas ao tamanho da propriedade, à renda gerada pela atividade agrícola, à direção dos trabalhos, à mão-de-obra externa, entre outros. Na agricultura familiar, o cerne de toda discussão consiste na mão-de-obra familiar.

[...] ou seja, uma propriedade agrícola para estar dentro dos padrões da agricultura familiar deve, antes de tudo, ter a integração direta entre a atividade produtiva agrícola com a mão-de-obra familiar (BLUM, 1999, p. 405).

Dentre os diversos entraves observados por meio de uma pesquisa, realizada no Assentamento Lagoa Grande no município de Dourados-MS, verificam-se dificuldades no desenvolvimento da pecuária leiteira. A pesquisa demonstra que partes desses problemas requerem tomadas de decisões simples, que poderiam ser solucionadas partindo de orientação e assistência técnica, oferecidas após a liberação do crédito concedido pelo Governo Federal. Vale

ressaltar que alguns produtores têm consciência dos principais gargalos e também das possíveis soluções, apesar de sentirem-se limitados para resolverem por si próprios esses entraves (CASTRO et al., 2010).

Conforme análise feita em nível nacional, Damasceno, Khan e Lima (2011) apontam que a agricultura familiar contribui diretamente para o equilíbrio favorável que proporciona o desenvolvimento social, isso porque, através de seus milhões de pequenos agricultores, representa um crescimento significativo para o país. A agricultura familiar movimenta anualmente milhões de reais na economia brasileira, dando oportunidades de criação de empregos, propiciando, dessa maneira, geração de renda para muitas famílias.

2.3 Políticas públicas da agricultura familiar no Brasil

2.3.1 Rede Brasil Rural

Visando aproximar os agricultores familiares dos fornecedores e dos consumidores de todo o País, a Rede Brasil Rural minimiza a distância entre segmentos que fortalecem os arranjos produtivos da agricultura familiar brasileira. Isso ocorre porque, por meio de um portal eletrônico, agricultores familiares de todo o Brasil, através de suas associações e cooperativas, podem negociar diretamente com fornecedores e empresas de transporte a compra e a entrega de insumos que são necessários para qualificar ainda mais a sua produção (MDA, 2014).

Com uma pesquisa eficiente e compras coletivas, eleva-se a garantia de melhores preços de insumos e matérias-primas, além de permitir à agricultura familiar reduzir os custos dos produtos, de transporte e de estocagem. A Rede Brasil Rural conta com dois ambientes, sendo o primeiro deles direcionado a produtores familiares, associações e cooperativas da agricultura familiar, transportadores e fornecedores de insumos, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. Para que o agricultor possa ter acesso a todos esses benefícios, deve possuir um cadastro no portal do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2014).

Já o segundo ambiente da Rede Brasil Rural totalmente público permite o acesso aos editais do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, ao catálogo de insumos, ao catálogo de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas financiados pelo Pronaf Mais Alimentos e ao mapa de produção da agricultura familiar em todo o País. Com este ambiente público, também se possibilita contato direto das agroindústrias da agricultura familiar com os

consumidores, que poderão comprar produtos com os sabores e texturas da diversidade brasileira. A oferta de produtos diferenciados que só a agricultura familiar produz é feita por meio de uma plataforma *e-commerce* criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e operada pelos Correios desde sua criação (MDA, 2014).

2.3.2 Programa Mais Alimentos - Produção Primária

O programa Mais Alimentos Produção Primária é uma linha de crédito do Pronaf que visa financiar investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar. Dessa forma, contempla os seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, cana-de-açúcar, café, centeio, feijão, mandioca, milho, palmácea para produção de palmito, soja, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Através dessa linha de crédito, são financiados projetos individuais de até R\$ 150 mil e coletivos de até R\$ 750 mil, perfazendo assim um juro de 2% ao ano, até três anos de carência e até dez anos para pagar (SAF, 2014).

Já para financiamento de estruturas maiores como de armazenagem, o prazo pode chegar a 15 (quinze) anos, com carência de três anos. Cabe destacar que os financiamentos destinados às atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura podem chegar a R\$ 300 mil.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

A área geográfica do estudo refere-se ao assentamento rural Amparo, onde foram assentadas 67 famílias, e que está localizado no distrito de Itahum, município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. No dia 27 de agosto de 1997, um grupo de aproximadamente 50 famílias ocupou a Fazenda Amparo e, cumprindo as determinações legais do INCRA, foram assentadas no dia 31 de outubro do mesmo ano, dando origem ao Projeto de Assentamento Amparo. O Assentamento dista aproximadamente 300 km da capital do estado, 65 km da sede do município e 15 km do distrito de Itahum, com latitude de 22° e 10 minutos e longitude de 53° e 20 minutos. A área total é de 1.126,8933 ha, divididos em 67 lotes que variam de 15,0002 ha a 29,6319 ha, área do centro rural de 2,9998 ha e 21,0544 ha de estradas vicinais, confrontando ao Norte com Paulo Cervieri; ao Sul com o Rio Dourados; ao Leste com o Córrego Rego D'água; a Oeste com Arno Werner e o Rio Dourados. Anteriormente, esta Fazenda era de propriedade do Sr. Arno Werner, que cultivava soja, milho, feijão, aveia, trigo, entre outras culturas. Foi adquirida pelo Banco do Brasil e comercializada posteriormente junto ao INCRA, onde hoje se encontra o Projeto de Assentamento que recebe o mesmo nome da Fazenda (Amparo) (INCRA, 2012).

Optou-se por fazer a pesquisa neste assentamento, por ser, dos dois assentamentos rurais federais do município de Dourados, o de maior interesse, levando em conta a ausência de pesquisas relacionadas à temática abordada, além dos relatos de pessoas, de diferentes segmentos da sociedade, de que aquele assentamento enfrentava vários problemas que dificultavam o seu desenvolvimento relativo às políticas públicas governamentais.

A Figura 1 apresenta o mapa do Assentamento Amparo com as divisões dos lotes e seus respectivos tamanhos.

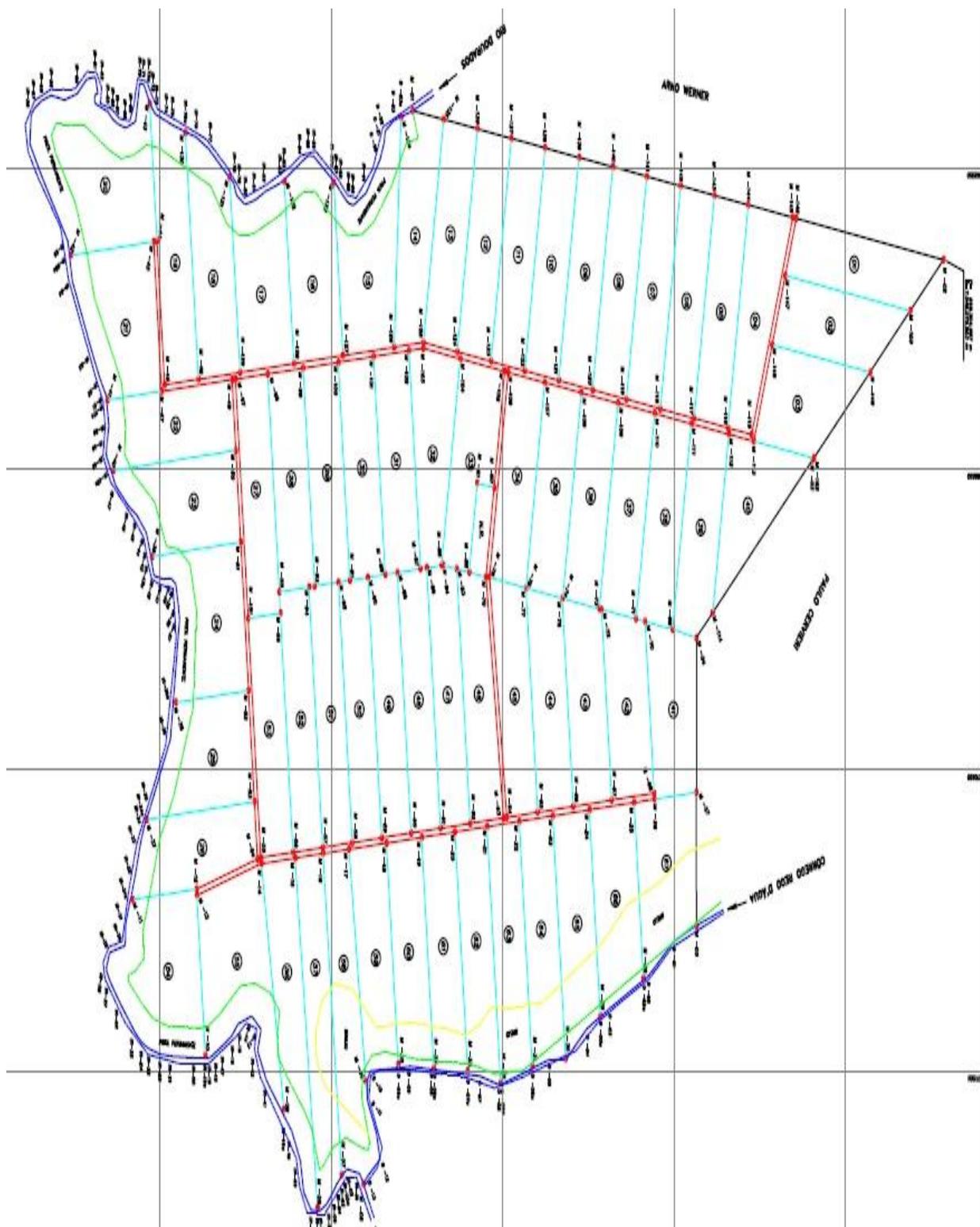


Figura 1 - Mapa do Assentamento Rural Amparo com as coordenadas geográficas (Julho/1998).
Fonte: INCRA Dourados (2013).

3.2 Fonte de dados

Para realizar este estudo e coletar os dados necessários à sua execução, optou-se por duas formas de pesquisa, quais sejam:

Uma Pesquisa Bibliográfica e Documental, realizada em órgãos oficiais específicos, como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – AGRAER, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Uma Pesquisa de Campo, por meio da aplicação de questionários às famílias residentes nos lotes do assentamento Amparo, no município de Dourados.

Na tentativa de realizar um censo no assentamento Amparo, foram feitas 05 (cinco) visitas, de julho de 2013 a Janeiro de 2014, sendo a primeira para aplicação do pré-teste e, as demais, realizadas no decorrer dos meses subsequentes.

Foram visitados 67 lotes do assentamento (sinalizados na Figura 2), no entanto, tornou-se possível entrevistar apenas os responsáveis pelas famílias residentes em 26 lotes (38,81%). Nos outros 41 lotes (61,19%), não foi possível aplicar questionários, tendo em vista os seguintes motivos, conforme informações verificadas com os vizinhos dos lotes não entrevistados: em 13 lotes não há pessoas morando no local; em 10 lotes os assentados residiam em Dourados ou em outras cidades/localidades do entorno, como: Itaporã, Caarapó, Ponta Porã, Assentamento Itamarati; em 3 lotes os proprietários residiam na vila próxima ao assentamento (Itahum); 10 lotes estavam abandonados e sem moradores; em 2 lotes estavam os empregados (caseiros) que não sabiam dar informações e 3 lotes estavam arrendados para um assentado proprietário de outro lote no mesmo assentamento, sendo um deles da mesma família. Ressalta-se que nos lotes onde não foi possível aplicar os questionários ocorreram no mínimo três visitas, em diferentes datas e dias semanais, na tentativa de obter êxito.

3.3 Formas de análise

Para a caracterização da situação atual da agricultura familiar, com enfoque nas políticas públicas governamentais da reforma agrária e dos assentamentos rurais do estado de Mato Grosso

do Sul, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória e descritiva como pesquisa central, por meio de ampla revisão documental e bibliográfica. De acordo com Gil (1999), a pesquisa exploratória corresponde à primeira etapa de uma investigação científica e contribui para delimitar um problema passível de investigação, por meio de procedimentos sistematizados.

As análises socioeconômicas e demográficas, bem como da ação pública governamental, foram realizadas por meio dos dados dos questionários aplicados às famílias residentes nos lotes do assentamento Amparo. Após a coleta de dados, as informações foram tabuladas e processadas eletronicamente, utilizando-se o *Software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS*, com cálculo de médias. Em seguida, realizou-se uma análise estatística de pontos relevantes dos dados obtidos. Para tanto, foi empregada a pesquisa explicativa, que, conforme Gil (2007), visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. A análise e a interpretação dos dados coletados foram realizadas conforme o método descritivo, utilizando-se ainda técnicas de análise tabular e gráfica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões estão divididos em duas partes, sendo que na primeira são apresentados alguns números da agricultura familiar e da reforma agrária, cujos resultados baseiam-se em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Colonização e Reforma Agrária e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na segunda parte, apresenta-se a caracterização demográfica e política do assentamento rural Amparo.

As políticas de crédito do Pronaf têm tendência a fomentar as condições para que os agricultores adquiram os meios necessários para dinamizar a sua produção (insumos, máquinas e equipamentos, etc.). Esses instrumentos de política de crédito oferecem uma alternativa de incentivos governamentais altamente seletivos, em forma de um processo de modernização desigual, com privilégios diferenciados a produtores, a produtos e a regiões.

Diante da diversidade de políticas de créditos existentes no Brasil, cabe ressaltar as principais políticas que se destacam na região Centro-Oeste brasileira, de forma a agregar valores para seus beneficiados.

O Pronaf Mulher segue uns dos créditos que mais se destaca na região Sul de Mato Grosso do Sul, ressaltando-se que, nas pesquisas realizadas no ano de 2012/2013, possui uma taxa de juros significativa, pois, no valor de até R\$ 130.000,00, a taxa de juros anual não ultrapassa os 2,5%, sendo uma das linhas de crédito utilizada por mais de 60% das famílias nos assentamentos de Amparo e de Lagoa Grande, no Município de Dourados/MS.

A Tabela 1 apresenta um resumo dessas políticas, destacando as linhas de crédito de cada uma das modalidades.

Tabela 1 - Resumo do crédito PRONAF no Brasil em 2012/2013.

LINHAS E GRUPOS	FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
PRONAF CUSTEIO	Até R\$10 mil Juros de 1,5 % a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 20 mil. Juros de 3% a.a.	Mais de R\$ 20 mil até R\$ 80 mil. Juros de 4% a.a
PRONAF INVESTIMENTOS (MAIS ALIMENTOS)	Até R\$ 10 mil Juros de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil. Juros de 2% a.a.	
MICROCRÉDITO RURAL	Investimento: até R\$ 25 mil por operação. Juros de 0,5 a.a. Bônus de adimplência de 25% até os primeiros R\$ 7,5 mil.		
	Custeio: nas condições estabelecidas de 25% até os primeiros R\$ 7,5 mil		
PRONAF AGROECOLOGIA	Até R\$ 10 mil Juros de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil Juros de 2% a.a.	
PRONAF MULHER	Até R\$ 2,5 mil. Juros de 0,5% a.a. Para os Grupos A, A/C e B.	Até R\$ 10 mil, juros de 1% a.a. Mais de R\$ 10 mil e até R\$ 130 mil Juros de 2% a.a. Para Grupo V.	
PRONAF ECO	Até R\$ 10 mil Juros de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil Juros de 2% a.a.	
PRONAF ECO DENDE	Até R\$ 18 mil/há: Até R\$ 10 mil, juro de 1% a.a. Acima de R\$ 15 mil/há e até R\$ 80 mil por mutuário, juros de R\$ 2% a.a.		
PRONAF AGROINDUSTRIA	Individual até R\$ 130 mil; Cooperativa e Associação até R\$ 1 milhão, respeitando o limite individual de até R\$ 10 mil. Juros de 1% a.a.	Individual acima de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil; Cooperativa e Associação acima de R\$ 1 milhão e até R\$ 30 milhões, respeitando o limite individual de até R\$ 40 mil. Juros de 2% a.a.	
PRONAF SEMIARIDO	Até R\$ 18 mil. Juros de 1% a.a.		
PRONAF JOVEM	Até R\$ 15 mil. Juros de 1% a.a.		
PRONAF FLORESTA	Até R\$ 35 mil. Juros de 1% a.a.		
PRONAF CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO DE AGROINDUSTRIA FAMILIARES	Individual até R\$ 10 Mil. Empreendimento familiar rural – até R\$ 210 mil. Associações até R\$ 4 milhões. Cooperativa até R\$ 10 milhões e Cooperativas Centrais até R\$ 30 milhões. Juros de 4% a.a.		
PRONAF COTA PARTE	Individual até R\$ 20 mil. Cooperativa até 20 milhões. Juros de 4% a.a.		
PRONAF INVESTIMENTO PARA REFORMA AGRÁRIA	Até R\$ 20 mil. Mais de R\$ 1,5 mil para ATER. Juro de 0,5 a.a. Bônus de adimplência de 44,186% .		
PRONAF CUSTEIO PARA REFORMA AGRÁRIA	Até R\$ 5 mil por operação. Até 3 operações; juros de 1,5% a.a.		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados SAF/MDA – 2012/2013.

Os diversos tipos de créditos oferecidos pelo governo federal, com foco na agricultura familiar, visam à redução das dificuldades enfrentadas no campo, buscando a melhor qualidade de vida às famílias. Desta forma aponta Sebrae (2008, p. 1):

[...] as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade.

O Quadro 1 apresenta as principais características que diferenciam a agricultura familiar da não familiar, podendo-se, dessa forma, evidenciar e discutir as diferenças e semelhanças.

Quadro 1 - Principais características que diferenciam a agricultura familiar e agricultura patronal.

AGRICULTURA PATRONAL	AGRICULTURA FAMILIAR
Total separação dos fatores gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente ligados
Organização centralizada	Processo produtivo dirigido diretamente pelo produtor
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado é apenas complementar
Tecnologias direcionadas apenas à eliminação de decisões de “terreno” e de “momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.
Tecnologias buscam principalmente a redução das necessidades de mão de obra	Decisões tomadas “in loco”, condicionadas pelas especificidades do processo produtivo.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados FAO/INCRA, 1994 *apud* Azevedo e Pessoa (2011).

Há algumas características da agricultura familiar e da agricultura patronal que as diferenciam, em todos os aspectos abordados (Quadro 1). Destaca-se que a agricultura patronal possui grande foco na ênfase de práticas agrícolas padronáveis, tendo suas tecnologias mais voltadas à redução das necessidades de mão-de-obra e, na agricultura familiar, maior ênfase na durabilidade dos devidos recursos naturais. No entanto, as duas tentam buscar um direcionamento

totalmente ligado à qualidade de vida das famílias, mostrando, dessa maneira, um fator fundamental para que haja melhora no ambiente rural habitado.

4.1 Agricultura Familiar do Município de Dourados

Uma entrevista, realizada no dia 27 de Fevereiro de 2014, na Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Dourados/MS, obteve diversas informações pertinentes aos assuntos estudados neste trabalho, desde conhecimento a respeito de sua fundação, até projetos em andamento e projetos futuros, podendo, assim, agregar valores significativos à temática estudada.

A referida secretaria surgiu em maio 2013, com projeto apresentado pelo prefeito do Partido dos Trabalhados (pré-candidatura do atual prefeito Murilo Zauith), apresentando como objetivos a formulação, a elaboração e a implementação de projetos estratégicos de desenvolvimento local, bem como a coordenação e a implementação e apoio ao desenvolvimento dos setores produtivos nas áreas da indústria, do comércio, do agronegócio, dos serviços e do turismo.

Conforme relatado na entrevista, a secretaria está passando por um período significativo e já conta com diversos programas encaminhados ao governo federal e alguns já aprovados (Bovino e cultura do leite; projetos de recuperação de solo; projeto para aumentar a produção do leite, entre outros; projeto para construção e estruturação da cooperativa na própria secretaria, da qual os agricultores familiares poderão usufruir a custo zero; projetos para construção e manutenção de hortas orgânicas). Foi ressaltado pelo secretário que a secretaria visa a todas as etapas dos processos oferecidos desde sua proposta de implementação, assistência, escoamento e administração dos recursos retornáveis aos pequenos agricultores familiares.

A secretaria tem o papel de desburocratizar e minimizar os empecilhos de desenvolvimento nos assentamentos e dos pequenos produtores, empenhando-se na promoção de estudos e pesquisas sociais, econômicas e institucionais, na transformação das potencialidades do município em oportunidades para a instalação de empreendimentos voltados para os desenvolvimentos econômico, social e sustentável do município de Dourados.

Também são atribuições da Secretaria o incentivo e a orientação ao associativismo e ao cooperativismo, mediante apoio à criação de organismos e à promoção de cursos, palestras e

outros eventos, além de proporcionar orientação ao pequeno agricultor no desenvolvimento da sua produção e assistência técnica rural e sanitária para o desenvolvimento da agricultura familiar, entre dezenas de outras atribuições envolvendo parceiras como o Governo Federal, Agraer, Sebrae, Banco do Brasil, Seprotur, Senar, Senac, Ufgd, entre outras.

4.2 Evolução do Pronaf

4.2.1 Evolução histórica dos financiamentos realizados pelo Pronaf

As contratações do Crédito – Pronaf - têm como objetivo um maior crescimento, sustentado ao longo dos anos. Nos anos de 1999/2000, os créditos Pronaf abrangiam 3.403 municípios, passando para 4.539 no ano seguinte, o que representou aumento de 33% na cobertura de municípios no Brasil, ou seja, a ampliação de mais de 1.100 municípios em apenas um ano de sua implementação. Sendo assim, cabe ressaltar que houve significativa ampliação de municípios atendidos, que se estendia a cada ano agrícola, sendo que, em 2005/2006, houve a inserção de quase 1.960 municípios em relação a 1999/2000.

Já nos anos de 2007/2008, foram atendidos 5.379 municípios, representando crescimento de 58% em relação a 1999/2000, com uma considerável inserção de 1.976 novos municípios.

Conforme a Figura 2, pode-se observar crescimento visível do montante disponibilizado aos agricultores, sendo que, em 1999/2000, foram disponibilizados pouco menos de R\$ 3,3 bilhões com uma execução de 66%. No ano agrícola de 2003/2004, houve o primeiro grande incremento no montante, com um crescimento de 65% em relação a 1999/2000, sendo ofertados R\$ 5,4 bilhões aos agricultores, com uma execução de 83% do valor disponibilizado.

Em 2006/2007, o valor disponibilizado para o Pronaf chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento, em relação a 1999/2000, de 205% e com uma taxa de execução de 84%, conforme apresenta a Figura 2.

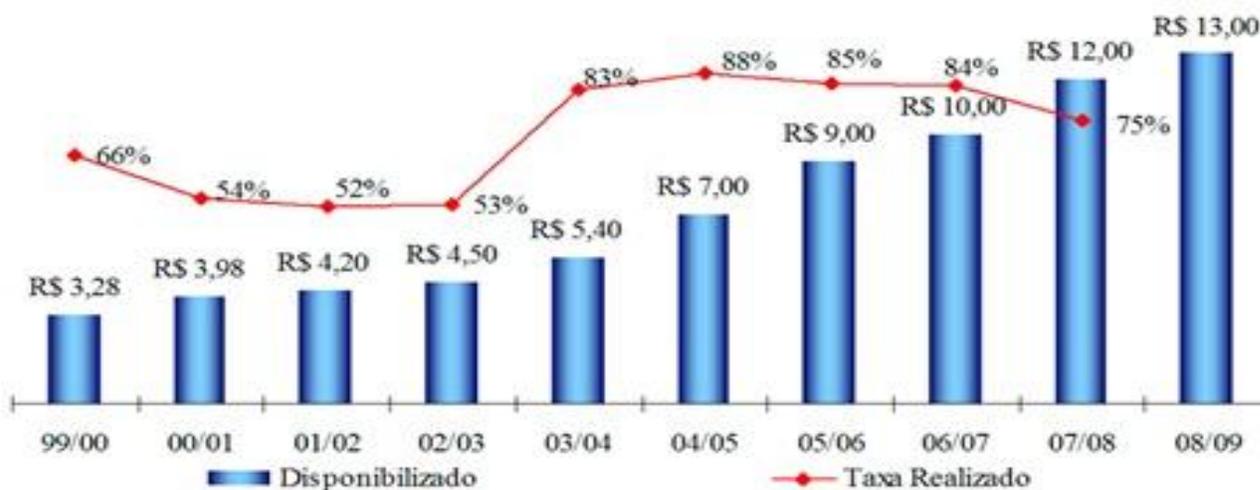


Figura 2 - Evolução histórica do montante disponível do Pronaf no Brasil durante o período de 1999/2000 a 2008/2009 (valores em bilhões de reais).

Fonte: MDA (2012, p. 1).

O comportamento do valor disponibilizado pelo Pronaf já indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores tem crescido ano a ano. Quando se analisa o valor efetivamente financiado, verifica-se que a primeira grande evolução ocorreu em 2003/2004, fechando uma contratação de R\$ 4,49 bilhões, o que representa evolução de 109% em relação a 1999/2000, como pode ser observado na Figura 3. Nos anos seguintes, o crescimento manteve-se em crescimento, em 2004/2005 foi de 185%, representando um montante de R\$ 6,13 bilhões. Nos anos de 2005/2006 foram financiados R\$ 7,61 bilhões, que representa evolução de 254% em relação ao período anterior. Já em 2007/2008, houve evolução de 319%, perfazendo financiamento de R\$ 9 bilhões.

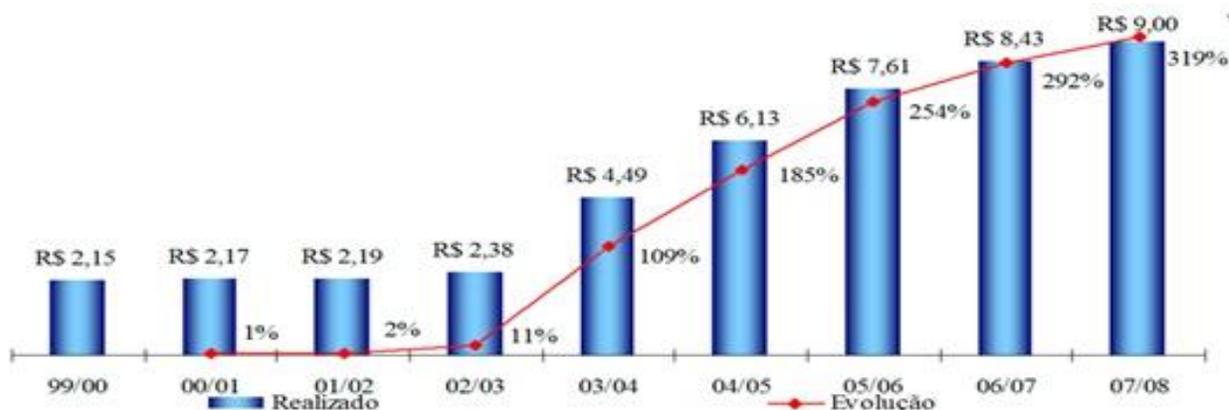


Figura 3 - Evolução histórica dos financiamentos Crédito-Pronaf no Brasil durante o período de 1999/2000 a 2007/2008 (valores em bilhões de reais).

Fonte: MDA (2012, p. 2).

O crédito Pronaf é operacionalizado pelos agentes financeiros que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e são agrupados em básicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) e vinculados (BNDES, Bancoob, Bansicredi e associados à Febraban) (MDA, 2013). Cabe-se enfatizar que os valores disponibilizados são bem maiores do que os contratados, ressaltando que os meios burocráticos conferem impedimentos aos agricultores e são fatores críticos para essa aquisição de financiamentos.

4.2.2 Evolução dos recursos destinados à agricultura familiar no Brasil

Segundo o MDA (2013), no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012⁴, o Governo anunciou a oferta de R\$ 16 bilhões para as linhas de custeio, investimento e comercialização do Pronaf, sendo R\$ 7,7 bilhões para operações de investimento e R\$ 8,3 bilhões para operações de custeio. Neste íterim, a Tabela 2 apresenta os recursos financiados através do Plano Safra 2011/2012, pela agricultura familiar no Brasil, por regiões.

Anualmente o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lança o Plano Safra da Agricultura Familiar, com vigência de julho a junho do ano seguinte. O intuito é qualificar e articular os instrumentos construídos e conquistados pelo setor. Diante disso, as medidas são elaboradas para atender às expectativas de todos os envolvidos diretamente no que se refere ao aumento de renda, inovação e tecnologia e estímulo à produção de alimentos, com proteção da renda.

Tabela 2 - Recursos do Plano Safra 2011/2012 para estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil (Grandes Regiões).

Regiões	Estabelecimentos	Área (ha)	Recursos Plano Safra 2011/2012 (R\$ milhões)	R\$ 1000 por estabelecimento	R\$ por ha
NORTE	413.101	16.647.328	1.000	2,421	60
NORDESTE	2.187.295	28.332.599	3.500	1,600	124
SUL	849.997	13.066.591	7.100	8,353	543
SUDESTE	699.978	12.789.019	3.400	4,857	266
CENTRO-OESTE	217.531	9.414.915	1.280	5,884	136
TOTAL	4.367.902	80.250.453	16.280	3,727	203

Fonte: Elaboração própria, a partir de MDA (2013).

⁴ O documento na íntegra está disponível em: <http://www.mda.gov.br>

A partir dos dados da Tabela 2, é possível observar que o Plano Safra 2011/2012 apresenta valores diferenciados para as regiões brasileiras, sendo justificados pelos valores de atribuições dos referidos módulos fiscais, que são variados entre municípios e regiões.

A Tabela 3 apresenta dados referentes ao Plano Safra 2011/2012, com recursos destinados à agricultura familiar na região Centro-Oeste brasileira. É possível observar que o estado de Goiás e o Distrito Federal resumem um total de 90.206 estabelecimentos agrícolas com uma área de 3.340.497 ha, tendo sido disponibilizados R\$ 600 milhões, um total de R\$ 151,00 por ha. Já no estado de Mato Grosso do Sul, com 41.104 estabelecimentos agrícolas e uma área de 1.190.206 ha, verifica-se uma grande diferença em relação aos estados de Goiás e Distrito Federal, com um valor de R\$ 136,00 por ha.

Tabela 3 - Recursos do Plano Safra 2011/2012 para estabelecimentos da agricultura familiar (Região Centro-Oeste).

Regiões e Unidades da Federação	Estabelecimento	Área (ha)	Recursos Plano Safra 2011/2012 (R\$ milhões)	R\$ 1000 por estab.	R\$ por ha
Goiás e Distrito Federal	90.260	3.340.497	600	4,379	151
Mato Grosso	86.167	4.884.212	500	5,803	102
Mato Grosso do Sul	41.104	1.190.206	180	5,884	136
TOTAL	217.531	9.414.915	1.280	5,884	136

Fonte: Elaboração própria a partir de MDA (2013).

Verifica-se que o lançamento para a safra 2013/2014 vem marcar os dez anos com avanços significativos nos recursos liberados e nas facilidades de financiamento, trazendo consigo características fundamentais para ampliar seu desenvolvimento:

[...] “o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 se caracteriza pela orientação estratégica de regionalização da política agrícola, como forma de melhor responder aos desafios específicos das realidades locais da atividade agropecuária e pela melhora das condições de financiamento no crédito rural, eminentemente dada pela redução da taxa de juros, de 6,75%, para 5,5% ao ano, bem como pelo aprimoramento dos instrumentos de apoio ao produtor, assegurando os recursos necessários à expansão da produção e da execução da comercialização agropecuária 6,75%, para 5,5% ao ano, bem como pelo aprimoramento dos instrumentos de apoio ao produtor, assegurando os recursos necessários à expansão da produção e da execução da comercialização agropecuária” (MDA, 2013).

Conforme apresenta o MDA (2013), o governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tende a fortalecer a agricultura familiar no Brasil, com significativos investimentos agrários, sendo que, na safra que se inicia (2014), serão destinados R\$ 115,25 bilhões para o crédito rural, representando um significativo crescimento de 7,5%, em comparação com a safra passada (2013). Desses recursos disponibilizados, R\$ 86,95 bilhões serão destinados ao financiamento de custeio e comercialização, um valor aproximadamente 8,4% superior ao da safra passada; já os restantes R\$ 28,25 bilhões, terão seu destino para investimentos, contudo visa-se evidenciar a significativa importância que o crédito rural tem para o desenvolvimento do país (MDA, 2013, p. 22).

4.2.3 Programas de Créditos

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) vem oferecer condições dignas e reais para que os trabalhadores rurais com pouca terra ou sem terra tenham a oportunidade de adquirir um imóvel rural por intermédio de um financiamento. Esse programa também é utilizado nos parâmetros da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica, inclusive extensão rural.

Quando se analisa o Crédito Rural, pode-se observar, na Tabela 4, uma evolução considerável dos recursos nos últimos dez anos, tanto em valores correntes, quanto em variação anual.

Conforme a Tabela 4, vê-se uma considerável elevação nos anos de 2006/2007, tendo uma das variações anuais mais altas no decorrer dos últimos dez anos (2003-2012). Já nos anos seguintes, pode-se observar evolução crescente, em que se percebe, novamente, a considerável elevação nos anos de 2011/2012, perfazendo uma alteração de valores significativa de um ano para o outro - na faixa dos R\$ 99.750.850.996 para 114.710.363.759, apresentando evolução de produtividade nos recursos agrícolas, sendo injetados investimentos consideráveis, para os anos de 2011 em diante, quando já se podem observar as grandes mudanças em investimentos agrícolas.

Tabela 4 - Evolução Nacional de recursos disponibilizados para Crédito Rural/Proagro 2003/2012.

ANO	VALORES CONSTANTES	VARIAÇÃO ANUAL
	EM REAIS (*)	(%)
2003	53.004.361.688	12,87
2004	63.006.321.791	18,87
2005	61.686.987.799	(2,09)
2006	63.250.457.606	2,53
2007	70.363.760.047	11,25
2008	81.807.585.640	16,26
2009	91.322.753.684	11,63
2010	94.421.959.999	3,39
2011	99.750.850.996	5,64
2012	114.710.363.759	15,00

Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro - DEROP. Registro Comum de Operações Rurais – RECOR (2012).

Nesse período, de 2003 a 2012, a renda da agricultura familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média. O segmento é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país, sendo 33% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, que emprega 74% da mão-de-obra no campo (MDA, 2013).

A Tabela 5 apresenta o levantamento das informações acerca da quantidade e tipos de créditos contratados por diversas atividades, os quais estão classificados de acordo com a divisão realizada conforme o questionário aplicado aos entrevistados, visando conhecer melhor a estruturação política de créditos das atividades desenvolvidas nos respectivos lotes.

() IGP-DI - Índice médio anual.

Tabela 5 – Conhecimento dos Créditos PRONAF – Agricultura Familiar

Conhecimento dos créditos	Frequência	Percentual Válido (%)
Sim	15	57
Não	11	43
Total	26	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme dados da Tabela 5, dentre os diversos programas voltados à agricultura familiar, apenas 57% dos entrevistados disseram-se conhecedores desses programas. Já 43% dos entrevistados alegam não terem conhecimento dos créditos oferecidos pelos governos federal, estadual e municipal, alegando a precária comunicação/informação aos proprietários dos lotes.

Os programas de financiamento, nas modalidades do PRONAF, entre outros apresentados abaixo na Tabela 6, estiveram disponíveis para custeio e investimentos aos agricultores familiares, bem como os recursos estiveram voltados ao PRONAF, investimento para reforma agrária, PNAE, PAA e FCO (Banco do Brasil), num patamar de 3,8% de aquisição, sendo os recursos menos utilizados entre os assentados, apontando desta forma 96,8% de cada programa nunca terem usufruído dos benefícios disponíveis pelo governo. Os entraves apontados foram: a falta de conhecimento e as burocratizações exigidas para se ter acesso aos programas, conforme apontam os relatórios das entrevistas individuais.

Tabela 6 - Programas Governamentais utilizados/em uso destinados à agricultura familiar no Assentamento Amparo em Dourados/MS (%).

Programas	Já utilizou	Nunca utilizou
PNAE	3,8	96,2
PAA	3,8	96,2
PRONAF Custeio	11,5	88,5
Programa para construção e ampliação de casas	38,8	61,5
PRONAF investimento para reforma agrária	3,8	96,8
PRONAF Mulher	7,7	92,3
FCO – Banco do Brasil	3,8	96,2
Outros tipos de PRONAF	38,5	61,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Cabe ressaltar que, dos os programas com maior utilização, dentre os relatados pelos entrevistados, apresenta-se, com 38,8%, o Programa para construção e ampliação de casas. O

qual é oferecido pelo governo federal após um tempo estabelecido de moradia aos assentados. Com 38,5%, encontram-se outros tipos de PRONAF e financiamentos não identificados pelos beneficiados.

A respeito os programas oferecidos pelos órgãos governamentais, cabe ressaltar suas respectivas áreas de implementações. Pode-se ver que as principais áreas, em que os assentados buscaram investimento nos últimos 10 anos, referem-se à infraestrutura.

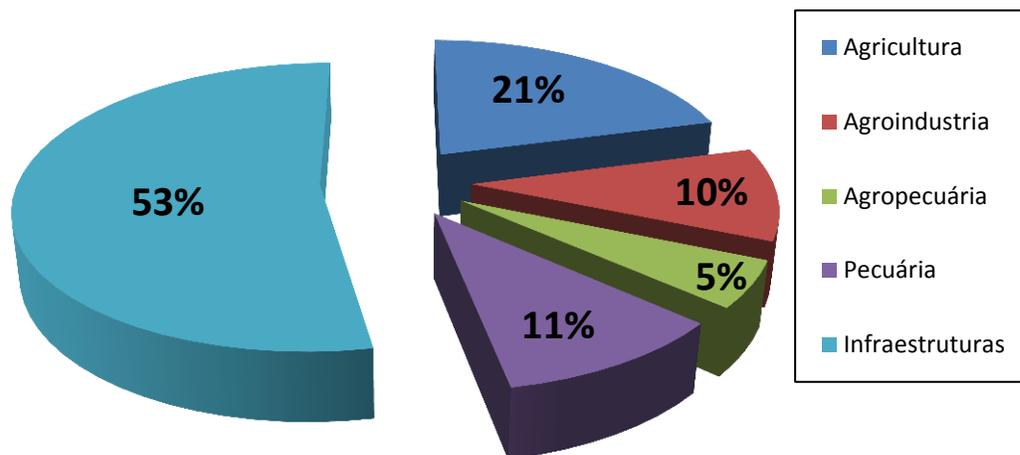


Figura 4 - Valor aplicado por tipo de atividade no ano de 2004/2014 no Assentamento Amparo em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

Conforme apontado na Figura 4, os recursos de crédito contratados foram aplicados praticamente 53% em Infraestruturas (construção, reformas e ampliação de moradias), proporcionando melhor qualidade de vida aos assentados. Já a agricultura apresenta-se com 21% dos recursos adquiridos pelos assentados, incluindo investimentos nos lotes, bem como no custeio de plantações, denotando o cenário existente hoje no assentamento Amparo. A pecuária leiteira é um dos segmentos que detém a maior parte de suas rendas, porém não se identifica como a área de maior investimento, podendo, assim, visualizar-se a falta de visão para investimento na principal atividade produtiva. Essas constatações demonstram ter uma “justificativa”, quando o foco não está centrado no retorno do investimento aplicado, e, sim, naquilo que se apresenta ser de prioridade individual e não como prioridade para o

desenvolvimento do assentamento.

4.2.4 Caracterização demográfica e socioeconômica do assentamento rural Amparo

Neste tópico são apresentados os dados demográficos, socioeconômicos e políticos da população do Assentamento Amparo, evidenciando as características da população e das unidades de produção, bem como as atividades produtivas, as fontes de renda, a comercialização, a capacitação e assistência técnica, o associativismo e o cooperativismo, evidenciando, desse modo, os fatores limitantes e diversos elementos alavancadores para o desenvolvimento do Assentamento Amparo.

4.2.5 Dados demográficos, socioeconômicos e políticos da população do assentamento Amparo

Durante a pesquisa de campo foram entrevistados 26 chefes de família ou responsáveis pelos domicílios, residentes nos lotes do assentamento, sendo (69,23%) do sexo masculino e (30,77 %) do sexo feminino. Na Tabela 7, observa-se que a maior parte dos entrevistados encontram-se na faixa de idade entre 41 a 50 anos (48%). Até 40 anos, destacam-se 12% e, com mais de 50 anos, totalizam 25%.

A média de idade dos membros familiares, que totalizam um grupo de 84 assentados, é de 45 anos, conforme faixas da Tabela 7, sendo que o mais novo tem três meses e o mais velho, setenta e cinco anos.

Tabela 7 – Relação entre chefes de família e membros da família no assentamento Amparo, em Dourados/MS.

Faixa etária	Chefes/responsáveis pelo domicílio (%)	Membros familiares/população (%)
0 a 10 anos	0,0	11,9
11 a 20 anos	0,0	7,4
21 a 30 anos	3,0	10,4
31 a 40 anos	12,0	5,9
41 a 50 anos	48,0	14,9
51 a 60 anos	25,0	11,9
61 a 70 anos	8,0	8,9
Acima de 70 anos	4,0	1,4

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar, na Tabela 7, que o assentamento é composto de uma população adulta, em que se destaca a faixa etária de 41 a 50 anos, com 48,0% da população; e a faixa de 0 a 10 anos, com 11,9%. Sendo que 29,8% da população possuem até 30 anos de idade, é uma característica fundamental para o futuro promissor do assentamento evidenciar a importância da necessidade de políticas públicas que envolvam a participação desses membros, principalmente para conscientizá-los quanto ao papel deles no desenvolvimento do assentamento.

Observa-se, ainda que 14,9% da população possui idade entre 41 e 50 anos e que 37,3% têm mais de 50 anos. Outro dado significativo a ser evidenciado é o número de idosos no assentamento, composto por 10,4% dos moradores que possuem mais de 60 anos de idade, verificando a necessidade de diferentes tipos de políticas públicas que sejam direcionadas para essa população.

Em relação à origem, a maioria dos chefes de família ou cônjuges (84,7%) nasceram em Mato Grosso do Sul e os demais, com menor representatividade, em outros quatro estados brasileiros. A maioria dos entrevistados são casados (69,2%), e 100% não possuem nenhum plano de saúde, logo, dependendo do Sistema Único de Saúde - SUS. As famílias do assentamento são compostas, em média, por três ou quatro membros (38,5%), variando de um a seis, sendo que, a maioria (61,5%) é composta por até quatro membros.

Em relação à responsabilidade diante das atividades da propriedade, na maioria das famílias, as atividades são desenvolvidas por um ou dois membros, geralmente o casal e, em algumas tarefas, há participação dos filhos. Dentre as atividades desenvolvidas pelas mulheres, os afazeres domésticos ainda se sobressaem, com 71,4%, embora elas colaborem em todas as atividades das propriedades.

A comercialização das produções das propriedades possui participação significativa 15,5% comercialização realizada pelas mulheres, e participam junto com o esposo e filhos em 42% dos lotes com a venda direta dos produtos comercializados/produzidos no lote, onde sua comercialização se mantém na maioria das vezes em Itahum com quantidades maiores e em quantidade mínima sendo empregada em Dourados, ou quando há demanda para atender o mercado.

Ressalta-se também que, durante a aplicação do questionário, muitos entrevistados disseram que a quantidade de moradores do assentamento com grau mínimo de interesse nas

capacitações oferecidas é um dos fatores negativos que impedem o maior desenvolvimento do local.

Evidencia-se que a maioria dos entrevistados (85,5%) não utiliza mão-de-obra externa no lote e, dos 15,5% que utilizam, a maioria contrata esporadicamente um diarista ou tratorista do próprio assentamento para o preparo do solo, plantio, limpeza da pastagem ou colheita. Cabe destacar que a Prefeitura Municipal de Dourados, por meio de doação, através da Secretaria da Agricultura Familiar, fez a doação de um trator para uso dos assentados. Com despesas de pagamentos de terceiros na ajuda dos afazeres diários, eles gastam entre R\$ 80,00 e R\$ 1.200,00 ao ano, em média R\$ 440,00 por assentado, sendo que alguns informaram que pagam com próprios produtos que são produzidos e pertencem que possuem no lote.

Quando se refere à escolaridade no assentamento Amparo, o nível é baixíssimo, sendo que a maioria dos chefes de família ou responsáveis pelo domicílio (84,6%) possui apenas Ensino Fundamental incompleto (1º ao 5º ano), seguidos de 7,7% com Ensino Fundamental completo (6º ao 9º ano) e 7,7% com Ensino Médio completo, conforme demonstra a Tabela 8.

Tabela 8 - Nível de escolaridade da população no assentamento Amparo, em Dourados, MS.

Nível de escolaridade	Frequência	Percentual Válido (%)
Ensino Fundamental incompleto	22	84,6
Ensino Fundamental completo	2	7,7
Ensino Médio completo	2	7,7
Total	26	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Tabela 8, observou-se, durante as entrevistas realizadas no assentamento, que as famílias incentivam seus filhos a estudarem, uma vez que a maior parte dos chefes de família não possui formação mínima completa, sendo enfatizado por eles que querem deixar um legado educacional diferente do que viveram. Dentre os membros menores de 18 anos, em idade escolar, não havia nenhum fora da escola.

Não houve nenhum nível de escolaridade acima do Ensino Médio Completo, mais foi observado, através das entrevistas, a preocupação dos pais/responsáveis com o futuro de seus filhos. Além de o transporte escolar ser precário, o referido ônibus não faz o transporte de universitários, principalmente no período noturno, tendo uma forte perspectiva futura da

migração dos jovens do assentamento para a cidade. Assim, evidencia-se que essa realidade vai contra as necessidades da agricultura familiar, que é de manter a família no campo para o desenvolvimento das atividades (BITTENCOURT, 1998).

No que se refere às principais ocupações no meio rural e ao tempo de experiência de trabalho, antes do assentamento, cabe destacar que a maioria (71,9%) trabalhou somente no meio rural durante sua vida, sendo que apenas 8,9% tinha experiência inferior a quinze anos no campo, e o menor tempo de experiência observado foi de três anos. As principais ocupações exercidas pelos assentados na atividade rural antes do assentamento constam na Tabela 9.

Tabela 9 - Tempo de moradia no Assentamento e principal ocupação no meio rural antes estabelecerem-se no assentamento.

Ocupação	Principal ocupação no meio rural antes do assentamento			Total
	Nenhuma	Empregado de Fazenda	Diarista	
Tempo moradia no assentamento				
1 - 5	0	0	1	1
6 - 10	2	1	2	5
11 - 15	3	2	0	5
16 - 20	7	4	4	15
Total	12	7	7	26

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre das diversas ocupações anteriores ao assentamento, destacam-se as funções de empregado de fazenda, com 26%. Também ganha destaque a maioria dos assentados que responderam não ter tido nenhuma atividade relacionada ao meio rural com 48%, e, tendo outras atividades indiretas, agrupam diversas funções, como: empregado de chácara da família, gerente de lavoura de milho/soja, criador de gado, merendeira de escola rural, mecânico, diarista em fazendas, entre outras, representando 26% do total entrevistado.

Dos entrevistados, todos (100%) responderam que são “proprietários” do lote. Dentre os respondentes, 61,5% são originários do INCRA e 38,5% de aquisição de terceiros. Quanto ao ano de aquisição dos lotes, 34,6% são os primeiros proprietários, desde 1997, enquanto que, entre o período de 1998 a 2012, a maior parte (38,5%) dos donos das propriedades adquiriram as terras no ano de 2002. Verificou-se que 73,1% dos assentados entrevistados possuem documento de titularidade do lote. Faz-se necessário registrar que 50% das pessoas já mencionadas possuem os

títulos das terras e 30,8% têm apenas um documento denominado “Carta de Anuência”, a qual designa o lote em nome do assentado e 15,4% se asseguram por meio da permuta⁵.

A área de cada lote do assentamento varia de 15 a 17 ha, sendo que a maioria (88,5%) possui 15 ha. Apenas dois lotes (7,7%) possuem 17 ha e um (3,8%) com 15,8 ha.

A área plantada, de acordo com 19,1% dos assentados varia entre 2 e 4 ha, sendo que 11,5% deles possuem 2 ha ocupados por plantio. Destaca-se o fato de que, dentre os lotes dos entrevistados, não há área de preservação ambiental. Ao fazer referências sobre a área da sede de cada lote, cada uma ocupa ½ ha, de acordo com 46,2% dos assentados. O número de residências em cada lote varia de 1 a 2 casas, sendo que, em 73,1% dos lotes, há apenas uma moradia. O material predominante nestas casas é a alvenaria (100%). Na maioria dos lotes (76,9%), a água é originada de poço artesiano e, nos demais, 23,1% de poço comum.

Em 26,9% dos lotes, há nascente ou córrego; já 23,1% possui reserva legal. A área de preservação permanente (APP) está presente em 26,9% dos lotes. Quando questionados sobre o que vem sendo feito para recuperar a área de APP, a maioria não está fazendo nada e alguns estão protegendo a área para o gado não invadir, reflorestando, como, em alguns casos, com o plantio do eucalipto. Com relação à posse de outras áreas arrendadas, todos os assentados entrevistados relataram que não as possuem.

Dentre os produtos do lote que são comercializados, destaca-se o leite, com 50%. Parte (34,6%) da produção leiteira é comercializada por meio da venda direta e 50% da produção é comercializada para laticínio. Faz-se necessário destacar que os produtores de leite (42,3%) contam com o armazenamento da produção em resfriadores. Outro produto dos lotes que ganhou destaque na comercialização foi a soja, que corresponde a 19,2%, seguida do milho (3,8%) da produção, ambos escoados para a Cooperativa Lar da região da Grande Dourados.

Vale salientar que alguns assentados (15,4%) não possuem nenhuma atividade geradora de renda, como no caso de algumas famílias de aposentados e de pessoas que apenas moram no assentamento, as quais trabalham na vila (Itahum), nas fazendas do entorno ou em Dourados.

Muitos cultivos ou criações são apenas para o consumo familiar, como no caso da criação de frangos e porcos, o cultivo de horta e do pomar, a produção de ovos e o plantio de mandioca e de cana-de-açúcar (esta última especificamente para a alimentação do gado).

⁵ Permuta ou “Troca é o contrato pelo qual as partes se obrigam mutuamente a dar uma coisa por outra” (MONTEIRO, 2003).

Nessa ótica, Bittencourt (2008) e Silva (2011) observam o dilema enfrentado nos assentamentos a fim de converter seus sistemas de produção e torná-los viáveis para o autoconsumo e a geração de renda.

Considera-se, ainda, que foi significativa a quantidade de assentados que tiveram dificuldades para responder quanto produzem em suas propriedades, o custo da produção e a até mesmo a renda obtida anualmente. Observa-se também que o grau maior de dificuldade observada nas respostas foi principalmente o custo da referida produção pelos produtores de leite, sendo que a respectiva oscilação do produto e a conseqüente variação do preço no mercado durante o ano dificultam um resultado preciso.

A tomada de decisão do pequeno produtor é baseada na racionalidade própria que não se determina em função do lucro, simplesmente, mas, sim, em decorrência da satisfação social ou mesmo da subsistência da família (BANDEJO, 2005). Por isso, ganha destaque nos debates da agricultura a tomada de decisão na propriedade familiar rural.

Ao serem questionados sobre o que é necessário para melhorar a produção nos lotes, 30,8% dos assentados apontaram para questões relacionadas a calcário e pastagem; 26,9% enfatizaram as dificuldades com o transporte para o escoamento da produção; 11,5% destacaram a falta de incentivos financeiros do governo e 30,8% não opinaram. Fato este que demonstra a necessidade de buscar conhecer os mecanismos de assistência e de como ter acesso a eles para intervir na realidade diagnosticada pelos próprios residentes nos lotes.

Dos entrevistados, 50% disseram ter produção orgânica no lote, enquanto 38,5% disseram que não a têm. Ao serem questionados quanto ao interesse por esse tipo de produção, 50% disseram que sim, e nove dos produtores (34,6%) declararam que não possuem interesse, pois requer muitos cuidados, necessita de bastante água, que no lote é escassa, por falta de conhecimento e porque tentaram utilizar o sistema e não obtiveram sucesso.

Observa-se que, apesar de muitos assentados não saberem responder do que se trata a produção orgânica, a maioria tem culturas e/ou criações orgânicas em seus lotes, tanto para consumo familiar quanto para venda.

As fontes de renda da população do assentamento Amparo são compostas da renda do lote e da renda complementar (Figura 5). A maioria dos entrevistados (42,3%) obtém renda do lote inferior a um salário mínimo, que na época da entrevista estava em R\$ 678,00.

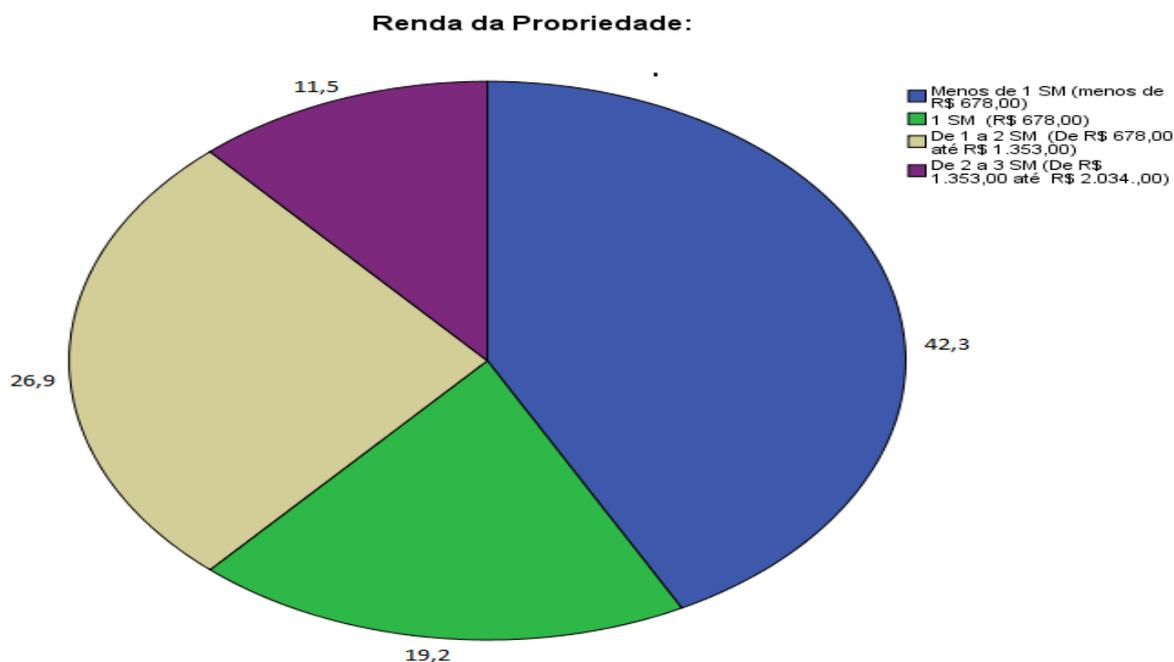


Figura 5 - Fonte de renda mensal das famílias do assentamento Amparo
Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar que apenas 11,5% obtêm uma renda da propriedade entre dois a três salários mínimos. Assim, contata-se, de acordo com a Tabela 8, que 34,6% da população possui a aposentadoria como principal fonte de renda complementar e, em alguns casos, é a única fonte de renda, já que muitos aposentados que residem no assentamento só desenvolvem atividades produtivas para subsistência. O alto grau de dependência de aposentadoria também foi detectado por Almeida (2008) quando foram realizadas pesquisas em outros seis assentamentos de Mato Grosso do Sul.

Tabela 10 - Complementação de renda dos moradores do assentamento Amparo, em Dourados/MS.

Renda Complementar	Percentual Válido (%)
Salário Mensal	8,9
Aposentadoria	35,8
Diarista	23,6
Não há complementação	13,9
Bolsa Família	17,8
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Destacam-se, ainda, como fontes de renda complementar, o trabalho como diarista realizado, na maioria dos casos, no próprio assentamento por 23,6% dos entrevistados; o recebimento de Bolsa Família, com 17,8%. Já 13,9% dos assentados não possuem complemento de renda, e 8,9% dependem de salário mensal obtido com atividades desenvolvidas fora da propriedade.

Dentre os assentados entrevistados no assentamento Amparo, 30,8% recebem de um a dois salários mínimos (de R\$ 678,00 até 1.353,00) como complemento de renda, conforme demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11 - Valores de recebimento de renda complementar dos moradores do assentamento Amparo, em Dourados/MS.

Valores de recebimento	Percentual Válido (%)
Menos de 1 SM (menos de R\$ 678,00)	24,3
1 SM (R\$ 678,00)	24,3
De 1 a 2 SM (De R\$ 678,00 até R\$ 1.353,00)	35,8
De 3 a 4 SM (De R\$ 1.353,00 até R\$ 2.034,00)	15,6
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados acima apontam para o fato de que apenas 15,6% dos assentados recebem, como renda complementar, de 3 a 4 salários mínimos (de R\$ 1.353,00 até R\$ 2.034,00). Outro ponto em destaque evidencia que 24,3 % das pessoas complementam a renda com menos de um salário mínimo e outros 24,3% com apenas um (R\$ 678,00). As duas últimas rendas apresentadas caracterizam-se principalmente pela venda indireta dos produtos dos lotes.

4.2.6 Capacitação, assistência técnica e associativismo no assentamento Amparo

Os assentados foram questionados quanto à sua participação em cursos de capacitação nos últimos doze meses e a maioria (80,8%) responderam negativamente. Um entrevistado fez apenas um curso, outro participou de três cursos e um deles presenciou mais de cinco. As instituições mencionadas são as seguintes: UFGD (21,3%) AGRAER/SENAR (23,1%), SENAR/AGRAER (11,5%), AGRAER e AGRAER/UFGD/PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS (7,7%) e PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS e SENAR/AGRAER/UFGD (3,8%).

Ao fazer referências sobre a assistência técnica no assentamento Amparo, 38,5% dos assentados disseram que não recebem esse tipo de assistência e 50% contam com ela. Destes, 26,9% são assistencializados pela AGRAER e UFGD, 15,4% somente pela UFGD, 11,5% contam com a AGRAER e a PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS, 3,8% possuem assistência somente pela AGRAER. Dentre os assentados que recebem assistência técnica, 26,9% declaram ser boa, 15,4% consideram regular, 11,5% dizem que esse tipo de serviço é ótimo e 3,8% consideram-no ruim.

As visitas, na maioria dos lotes (42,3%), são semestrais, 7,7% são visitados mensalmente, um dos entrevistados relatou receber as visitas semanalmente e 11,5% dos entrevistados não lembram quando foi à última vez que receberam visita de um técnico.

Na Tabela 10 destacam-se os problemas que poderiam ser solucionados ou amenizados com o acompanhamento de assistência técnica de acordo com a necessidade no assentamento, conforme respostas dos entrevistados. Dentre as respostas, destacam-se pelos moradores a necessidade de os técnicos explicarem e não apenas perguntarem, com 23,1%; a falta de informação de como plantar e falta de maquinários, com 15,4%. Já 3,8% disseram não haver problemas em relação à vida no assentamento.

Tabela 12 - Problemas do assentamento Amparo que poderiam ser solucionados ou amenizados com o auxílio e acompanhamento de assistência técnica.

Problemas relatados	Frequência	Percentual Válido (%)
Explicar e não só perguntar	6	23,1
Falta de maquinários	4	15,4
Falta de recursos financeiros	1	3,8
Falta de visitas individuais	1	3,8
Focar na realidade do local	2	7,7
Informação sobre como plantar	4	15,4
Manejo adequado de orgânicos	2	7,7
Métodos de cultivo	1	3,8
Não tem problemas	1	3,8
Não utiliza	3	11,5
Novos no assentamento	1	3,8
Total	26	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Cabe destacar, na Tabela 12, que a assistência técnica poderia transformar consideravelmente as diversas realidades de muitos lotes no assentamento, através de orientações especializadas (principalmente por agrônomos e veterinários) e outros tipos de informações

relacionadas a alternativas apropriadas com as características do referido lote, bem como sobre os programas sociais, para que os assentados pudessem obter uma maior participação, dado que a maioria aponta desconhecer ou ter carência de informações. Ressalta-se o enfoque de Tarsitano *et al.* (2011), o qual aborda a real importância de uma divulgação de tecnologias por profissionais capacitados, principalmente nas suas associações e cooperativas. Essas políticas devem ser direcionadas ao atendimento de diferentes realidades nas famílias de assentados, de acordo com Bergamasco (1997), Bambil e Vilpoux (2011) por meio de transferência de tecnologias de baixo custo, conforme sugere Coelho (2012).

Em relação ao associativismo, ao serem questionados quanto à participação na associação do assentamento Amparo, 88,5% dos entrevistados disseram participar dela. Dos associados, 46,2% a integram há 17 anos; 11,55% há 16 anos, duas pessoas (7,7%) participam da associação há cinco anos e 11,4% estão inseridos na sociedade entre um e três anos.

No que diz respeito ao cooperativismo, conforme os assentados, não há cooperativa no assentamento, apenas um entrevistado relata ocupar o cargo de fiscal ao participar da cooperativa localizada na Fazenda Itamarati, em Ponta Porã, há dois anos e seis meses.

4.2.7 Fatores limitantes e propulsores para o desenvolvimento do assentamento Amparo

São muitas as dificuldades enfrentadas nos lotes do assentamento Amparo apontadas pelos assentados, as quais estão discriminadas na Tabela 13. Dos entrevistados, 23,1% apontam para problemáticas referentes a questões climáticas (secas e geadas). Esse mesmo percentual (23,1%) faz referências à falta de transportes tanto para escoamento da produção, quanto para o deslocamento de alguns moradores do lote para buscar informações fora dele.

Enfatiza-se, também na Tabela 13, que 15,4% dos habitantes do assentamento em estudo mencionam a falta de incentivo na área de atuação, requerendo atenção especial nas culturas apresentadas por eles. Outro ponto em questão faz referência à falta de informação, conhecimento dos programas e recursos para capacitação (11,5%) e à falta de titularização que implica obter maior independência de estruturação do lote. Dentre os relatos, a necessidade de incentivos à saúde também é citada como uma dificuldade a ser sanada.

Tabela 13 - Principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores no assentamento Amparo, em Dourados, MS.

Dificuldades enfrentadas	Frequência	Percentual Válido (%)
Falta de informação, conhecimento dos programas e recursos para capacitação	3	11,5
Falta de incentivo na área de atuação	4	15,4
Seca, água, geada...	6	23,1
Falta de incentivo à saúde	2	7,7
Falta de cooperação / Titularização	3	11,5
Falta de transporte	6	23,1
Correio, comunicação, saúde e transporte	2	7,7
Total	26	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os habitantes dos lotes, 38,5% alegaram não haver algum tipo de apoio para sanar essas dificuldades, enquanto 61,5% disseram contar com palestras. Percebe-se, diante do percentual de entrevistados que afirmaram não haver apoio para sanar as dificuldades, que há uma falta de conhecimento de informações sobre as formações direcionadas a esse público devido à inexistência de comunicação.

Apesar das dificuldades identificadas, todos os entrevistados afirmaram que estão satisfeitos com a vida no assentamento. Dentre os assentados, 23,1% consideram que, para melhorar a produção e a qualidade de vida no assentamento, é necessário menos burocracia para usufruir dos créditos governamentais e direcionar investimentos ao transporte e às áreas de lazer. Outros 23,1% indicaram a necessidade de incentivos para a diversificação da produção. A falta de união e entrosamento entre os membros também foi salientada por 15,4% dos entrevistados.

Esses apontamentos são englobam nas abordagens de Souza *et al.* (2011), que destacam os obstáculos que limitam o desenvolvimento dos assentamentos e de Valadares *et al.* (2011), que enfatizam ser necessária a constituição de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento rural, por meio do acompanhamento e suporte do Estado, a fim de oferecer novas perspectivas e melhoria de vida nos lotes em estudo.

Diante do contexto evidenciado, pode-se atentar ao fato de que os assentados, embora muito carentes de informações em sua maioria, são receptivos e necessitados de informações

técnicas para o melhor desempenho de suas atividades. Considera-se que os projetos das instituições públicas existentes no assentamento devem priorizar a experiência dos assentados no meio rural, a fim de motivá-los na continuidade em seus lotes, uma vez que o percentual de satisfação dos entrevistados é grande, mesmo diante de fatores adversos caracterizados em alguns casos pela terra improdutiva.

Destarte, pode-se mencionar a abordagem de Lamas *et al.* (2000), que, em pesquisa em outros onze assentamentos do estado, considerou ser necessária maior conscientização por parte dos assentados a fim de aumentar a organização e atuação nas associações em que estão inseridos. Assim, as possíveis perspectivas futuras de seus lotes e do assentamento como um todo ganham espaço, a partir do fortalecimento da associação, direcionado ao desenvolvimento econômico e social do assentamento Amparo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura são os mais importantes, simples e eficazes instrumentos de geração de emprego e renda, bem como de geração de riquezas e distribuição mais equitativa, contribuindo para um desenvolvimento rural sustentável que venha a reduzir a pressão sobre os serviços e infraestrutura nos centros urbanos.

São necessárias políticas inovadoras e diferenciadas, que promovam as unidades familiares já inseridas no mercado e minimizem, dessa forma, a exclusão dos que se encontram em situações mais problemáticas.

Para tanto as políticas devem ser conduzidas, para que a agricultura familiar possa desempenhar seu papel socioeconômico, e amenizar muitos problemas sociais sérios no âmbito econômico e social.

Os principais resultados, deste trabalho que visou abordar e analisar o assentamento Amparo, no município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, no que se refere à implementação de políticas públicas, mostrando assim a crescente evolução ao decorrer dos anos, pois mesmo com as inúmeras dificuldades que o assentamento enfrenta, pode-se observar o seu devido crescimento desde seu início.

Buscou também abordar, bem como descrever as políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, implantadas no Brasil, a partir da década de 1990 podendo desta forma apresentar um quadro evolutivo de como era anteriormente e como se comporta nos dias de hoje.

Assim, foi analisada a configuração socioeconômica e demográfica do assentamento Amparo, em Mato Grosso do Sul, sendo enfatizada sua economia num modo detalhado e sua demografia crescente, que vem tomando forma e tamanho ao passar dos anos, por ser vista de forma potencializada para nossa economia local.

Diante dos diversos levantamentos realizados nas pesquisas, identificou-se as políticas públicas que foram implementadas no assentamento Amparo, sendo visto que tiveram poucas utilidades e as que foram usufruídas pelos assentados, não foram aproveitadas de maneira eficaz, não permitindo ter resultados que trouxessem evolução visível ao assentamento.

Este estudo demonstra a fragilidade e a carência de ações proativas nas políticas públicas, bem como a necessidade de melhor articulação da sociedade para defender seus interesses.

Apesar de ter identificado iniciativas públicas com declarada intenção de promover o desenvolvimento associado ao território do assentamento Amparo, no município de Dourados/MS, o Brasil não dispõe de uma política de Desenvolvimento Econômico Territorial eficaz. Existem diversas iniciativas que contribuem para promover esse desenvolvimento, de maneira a contemplar as dimensões econômica, social, ambiental e territorial e a diversidade presente no país, mas que não estão sendo implementadas com eficácia no âmbito nacional.

Já no que se refere aos números da reforma agrária, no período de 1994 a 2013, ocorreram diversas oscilações em relação à criação de projetos de assentamentos, com áreas a eles destinadas e famílias assentadas, tanto no âmbito nacional, como nas Grandes Regiões e no estado de Mato Grosso do Sul. Destaca-se um grande crescimento nas regiões Norte e Nordeste do país, devido às ações políticas, a fim de diminuir e erradicar a pobreza nestas regiões.

Dentre as características da configuração demográfica do assentamento Amparo, observa-se a representatividade de sua população adulta, presente no assentamento, mostrando considerável preocupação com o seu desenvolvimento, enfatizando as dificuldades enfrentadas em buscar qualificação/educação fora do assentamento, como escolas e universidades. Diante desses dados, verifica-se que o futuro do assentamento e a manutenção da população nos seus lotes dependem de políticas públicas eficazes.

Ainda no que se refere à escolaridade, chama a atenção o fato de a maioria da população adulta ali residente possuir escolaridade baixa, tendo apenas a educação infantil incompleta (1º ao 5º ano). Além disso, não há incentivos a continuarem seus estudos, uma vez que não tem transporte do assentamento para o Distrito de Itahum e/ou Dourados para frequentar escolas ou Universidades. Este fator pode ser um elemento determinante para a saída dos jovens do assentamento, a fim de buscarem melhores condições para estudarem e desenvolverem-se profissionalmente.

Em relação a aquisição dos lotes do assentamento Amparo, verificou-se que 61,5% são originários do INCRA e 38,5% de terceiros. Ainda com relação a aquisição dos lotes, 34,6% são os primeiros proprietários, desde 1997, enquanto que a maior parte (38,5%) dos donos das propriedades adquiriram as terras no ano de 2002. Verificou-se que 73,1% dos assentados entrevistados possuem documento de titularidade do lote. Faz-se necessário registrar que 50% das

pessoas já mencionadas possuem os títulos das terras e 30,8% têm apenas um documento denominado “Carta de Anuência”, a qual designa o lote em nome do assentado e 15,4% se asseguram por meio da permuta. Cabe observar que o tamanho e as características dos lotes variam conforme a região em que se encontram. Em alguns lotes, as terras são férteis, principalmente aquelas próximas às áreas mais preservadas e, em outras, o solo é mais degradado, com maior dificuldade para produzir, conforme relato dos assentados.

Dentre os produtos comercializados pelas famílias, destaca-se o leite, com 50%, sendo o de maior representatividade. Parte (34,6%) da produção leiteira é comercializada por meio da venda direta e 50% da produção é direcionada para o laticínio. Faz-se necessário destacar que os produtores de leite (42,3%) contam com o armazenamento da produção em resfriadores. A produção de leite é a atividade econômica de maior representatividade no assentamento Amparo e também a que mais sofreu críticas durante as entrevistas. As principais reclamações envolvem o preço baixo pago pelo leite e a baixa produtividade, em virtude da má qualidade da pastagem, do solo e da genética do gado. Outro produto dos lotes que ganhou destaque na comercialização foi a soja, que corresponde a 19,2%, seguida do milho (3,8%) da produção, ambos escoados para a Cooperativa Lar da região da Grande Dourados.

Vale salientar que alguns assentados (15,4%) não possuem nenhuma atividade geradora de renda, como no caso de algumas famílias de aposentados e de pessoas que apenas moram no assentamento, as quais trabalham na vila (Itahum) e nas fazendas do entorno ou em Dourados.

Muitos cultivos ou criações são apenas para o consumo familiar, como é o caso da criação de frangos e porcos, o cultivo de horta e pomar, a produção de ovos e o plantio de mandioca e de cana-de-açúcar (esta última especificamente para a alimentação do gado).

Já a comercialização da produção revela-se um grande problema para os assentados, pois o principal mercado consumidor (Dourados) localiza-se a 70 km do assentamento e a vila (Distrito de Itahum), a 5 km. A maioria dos assentados não possui veículo, por isso o escoamento da pequena produção é feito de carroça ou moto até Itahum e veículo particular ou até mesmo de ônibus para Dourados, o qual funciona somente três dias por semana.

Cabe destacar que a participação em programas como PAA e PNAE seria de grande incentivo à diversificação das atividades produtivas e à melhoria da produtividade, bem como da renda dos assentados. A falta de conhecimento desses programas por um grande número de assentados é uma barreira que precisa ser ultrapassada. Merece destaque, também, o fato de um

grande número de assentados não terem noção do custo e da rentabilidade de suas atividades produtivas, enfatizando a precariedade na gestão de seus lotes, prejudicando tanto a obtenção de renda nas atividades desenvolvidas, como para início de novas atividades agropecuárias, visando à diversificação de fontes de renda.

Um fator significativo a ser observado é a baixa renda gerada nos lotes, ao longo dos anos, ocasionando a inadimplência com os financiamentos bancários (PRONAF), bem como Micro Créditos rurais, contraídos no início do assentamento para os investimentos em infraestrutura. As referidas dívidas, cujos valores totais reais desconhecidos por muitos assentados, impedem que façam novos financiamentos para a melhoria de seus lotes, sendo também relatado que, quando adquiriram o lote de terceiros, a dívida também foi transferida aos atuais moradores, e que os primeiros ocupantes não aplicaram os recursos adequadamente no lote. Assim, as famílias residentes no assentamento serviram de avalistas para seus vizinhos, possuindo pendências bancárias sem nunca terem utilizado os recursos.

Outro fator que se agrava no assentamento é a falta de assistência técnica adequada pela agência de extensão rural do estado, sendo também uma das grandes reclamações dos assentados, os quais afirmam que esse apoio seria de grande utilidade para a melhoria das condições de vida dos assentados.

Por fim, sugere-se uma maior presença governamental no assentamento, principalmente do INCRA, a fim de resolver a problemática da titularidade dos lotes, e da AGRAER, contribuindo com assistência técnica e informações sobre a inserção nos Programas governamentais de produção e comercialização aos assentados. Faz-se relevante, também, a atuação da Prefeitura do município, que já vem desenvolvendo trabalhos significativos no assentamento, como: condições mínimas de infraestrutura; uma postura estratégica mais adequada por parte dos assentados, referindo-se à diversificação da produção nos lotes, tanto nos cultivos como em criações, focados na conservação e melhoria ambiental; além da agregação de valor à produção. Identificou-se que as famílias com as melhores rendas obtidas no assentamento são justamente os que se adequaram a esses meios.

Vale ressaltar as limitações mais evidentes desta pesquisa. Em primeiro lugar, o problema de não serem entrevistados todos os moradores do assentamento, devido ao fato de uma grande parcela dos lotes não estarem sendo habitados resididos por seus proprietários. Em segundo lugar, alguns moradores se recusaram a atender as visitas, por desconfiarem de

pesquisas, que levariam a perda de suas propriedades, ou possíveis punições governamentais por não possuírem a legalidade de seus lotes. Já em terceiro lugar, em grande parte das propriedades não foi possível realizar a entrevista com os reais proprietários pelo fato de apenas terem as propriedade como local de lazer e não morarem no local.

A articulação das políticas públicas, das diferentes áreas setoriais, dos três entes federados, do setor público e da sociedade, é considerada um grande desafio a ser superado para que o Brasil possa ter uma política de Desenvolvimento Econômico Territorial que contribua efetivamente com a redução das desigualdades sociais e regionais que hoje afligem o país.

A investigação conclui que o universo das políticas e instituições públicas que tratam de desenvolvimento econômico territorial no Brasil é amplo e descoordenado, com várias iniciativas sobrepostas, desarticuladas e concorrentes, dos três entes federados, mesmo quando se trata de analisar somente aquelas políticas que promovem o desenvolvimento associado ao território.

6 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. **Construindo o futuro: política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados**. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Cadernos ITESP - n. 10, São Paulo, 1998.
- ALBUQUERQUE, F. J. B.; LOBO, A. L.; RAYMUNDO, J. S. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 12, n. 2, p. 503-519, 1999.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- AZEVEDO, F. F; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: Uma Análise sobre a situação Regional e Setorial dos Recursos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 3, p. 483-496, 2011.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BANDEJO, M. S. Análise da agregação de custo e de valor por atividades, em uma cadeia agroindustrial: caso do gado de corte. Tese de Doutorado em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BAMBIL, A. L.; VILPOUX, O. F. **Influence of modern technology on small family-owned farms in the Brazilian savannah region: a case study of a settlement in Mato Grosso do Sul State**. *Journal of Development and Agricultural Economics*, v. 3, p. 498-503, 2011.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos por detrás dos números. Dossiê Questão Agrária**. Estudos Avançados: São Paulo, v.11, n. 31, set./dec. 1997.
- BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.
- BITTENCOURT, A. G. *et al.* Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: GUANZIROLI, C. (coord.). **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO**. Brasília, agosto. 1998. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=67>. Acesso em: 7 jan. 2013.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. PROCERA: impactos produtivos e capacidade de pagamento. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37. Foz do Iguaçu. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

BRASIL. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, 2013**. Disponível em: <www.embrapa.br>. Acesso em: 10 abr. 2013.

RASIL. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe de Atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos Alunos da Educação Básica**. Lei Federal sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial, seção 1, Nº 113, 17/06/2009.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB**. Abipti, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

BLUM, R. **Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática**. IN: Tedesco, J.C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo – RS, Ed. EDIUPF, 1999. p. 405.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

CANEPA, C. **Cidades Sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade**. São Paulo: Editora RCS, 2007.

CASTRO, K. N. de C.; COMUNELLO, E.; SOARES, J. P. G.; GABRIEL, A. M. de A.; OLIVEIRA, E. R. de; NEGRÃO, F. J. **Características da Pecuária Leiteira no Assentamento Nova Lagoa Grande, em Dourados, MS**. Dourados: EMBRAPA AGROPECUÁRIA OESTE, 2010.

COELHO, E. F. et al. **Sistemas de irrigação para a agricultura familiar**. Cruz das Almas: Embrapa. 2012. (Embrapa Cruz das Almas, Circular Técnica 106).

COSTA, F. de A. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na Região Norte: contexto e impactos. **Revista NAEA**, Belém, v. 4, n. 1, p. 73-102, 2001.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. **O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego de Renda no Estado do Ceará**. RESR, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 01, p. 129-156, jan/mar 2011- impressa em maio 2011.

DANIEL, O. et al. **Sistemas agroflorestais como alternativas sustentáveis à recuperação de pastagens degradadas**. In: SIMPÓSIO SUSTENTABILIDADE DA PECUÁRIA DE LEITE NO BRASIL, 1., 1999, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 1999. p.151-170.

DE MERA, C. M. P. **A Questão Agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior e Ignácio Rangel**. XI Encontro Regional de Economia - ANPEC-Sul. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPECSul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-04-a_questao_agraria_no_bra.pdf. Acesso 10 jan. 2014.

DIARIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL. Governo de Angelo Queiroz. Decreto nº 34.289, de 17 de Abril de 2013. **Regulamenta a Lei nº 1.572, de 22 de julho de 1997, Programa de Assentamento de trabalhadores Rurais – PRAT**.

EGLER, C. A. G. **Eixos nacionais de integração e desenvolvimento: prováveis impactos ambientais**. Rio de Janeiro: CREA, 1999.

ENGELMANN, I.S; DURAN, A.G. **A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST**. Uberlândia/MG, 2012.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão de Mato Grosso do Sul (IDATERRA). **Plano de Desenvolvimento Assentamento Nova Era**. Ponta Porã: [s.n.], 2001.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Instituto, de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão de Mato Grosso do Sul (IDATERRA). **Plano de Desenvolvimento Assentamento Boa Vista**. Ponta Porã:[s.n.], 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (2003), "**Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes**". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18 (51): 21-30.

FAO/INCRA - **Food and Agriculture Organization/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório Final de Projeto de Cooperação Técnica**. Brasília: INCRA, 1994.

FIALHO, M. A. V. **Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de porto alegre: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti – RS**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, 2000.

FIGUEIREDO, J. de O. ; PADOVAN, M. P. ; SAGRILO, E. ; LEONEL, L. A. K. ; ALMEIDA, A. S. **Sistema Agroflorestal no Assentamento Lagoa Grande, Dourados,MS: uma experiência em expansão.** In: 2º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, 2008, Dourados-MS. 2º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul. Dourados-MS: Embrapa Agropecuária Oeste, 2008.

FIALHO, M. A. V.; WAQUIL, P. D. **O desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais.** Revista Extensão Rural, Santa Maria, n. 15, p. 129-165, jan./jun. 2008.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. **Planejamento e desenvolvimento econômico** – São Paulo: ed. Thomson Learning, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. São Paulo: Revista **Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política** –Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004.

FLORES JUNIOR, R. G. Relatório 1: Identificação de setores potenciais (candidatos), em termos de de integração produtiva na América do Sul. Projeto Ipea/Ipardes/Cepal: **Rede urbana e integração produtiva no Brasil e na América do Sul.** Brasília, 2010.

FRANCIS,C.P. **Os Programas De Créditos para os assentamentos Rurais - O estudo de caso do Dorcelina Folador.** Revista Geografar, Arapongas-PR, 2009, v.4, n.1, p.78-97. Disponível: <www.ser.ufpr.br/geografar>.

FURTADO, C. (1967). **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** Cia. Ed. Nacional, RJ.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **AS DUAS — CARAS DO PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?** Disponível em PRONAF 10 Anos. Consultado em janeiro 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 187 – 258.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas (SP.), Editora Unicamp, 1998.

HESPAHOL, A. N. **O Desenvolvimento do campo no Brasil.** In: FERNANDES,B.M. MARQUES,M.I.M. SUZUKI, J.C (org.). **Geografia agrária: teoria e poder.** 1.ed. São

Paulo, Expressão Popular, 2007, 384 p.

HURTIENNE, T. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia.** *Novos Cadernos do NAEA*, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71. jun. 2005. ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Instituto, de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão de Mato Grosso do Sul (IDATERRA). Plano de Desenvolvimento Assentamento Boa Vista. Ponta Porã:[s.n.], 2001.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. 2000.

INCRA. **Divisão de Controle e Seleção de Famílias - DTI - INCRA**, 2012.

INCRA. **Plano de Desenvolvimento Sócio Econômico do P.A-Amparo.** 2012.

KAGEYAMA, A. **A questão agrária: Interpretações Clássicas.** In *Reforma Agrária*. n. 3, v. 23, p.5-16, set./dez. 1993.

KOMORI, O. M.; et al. **NÚCLEO DE AGROECOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007.

LAMERA, J. A.; FIGUEIREDO, A. M. R. **Os Assentamentos rurais em Mato Grosso.** In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco – Acre, 2008. p. 21.

LOPES, C. **Brasília (DF): Agricultores familiares criam confederação nacional.** Agencia Brasil. Jornal Força Sindical - Maio, 2011. Disponível: <http://www.fsindical.org.br/portal/noticia.php?id_con=13001>.

MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder.** São Paulo: Expressão popular, p. 271- 287, 2007.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Cursos de Direito Civil. Volume 5, 34ª Edição*, São Paulo, Ed. Saraiva, 2003, p. 128).

LAMAS, F. M. et al. **Diagnóstico dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul.** Dourados, MS: Embrapa Agropecuária Oeste. 2000b. 32 p. (Embrapa Agropecuária Oeste, Documentos 18).

LAMDIM, R.A; DIAS, M.M. **As Políticas Públicas de Crédito para os assentamentos rurais no Brasil.** Relatório de Consultoria. Rio de Janeiro: p. 06, 2004.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 13-33.

Lei No. 11.326 de 24 de julho de 2006 - **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.**

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l111326.htm>. Acesso em: 12 de abr. 2013.

LOPES, I.O; Teodoro, H.H.; Barbosa, R.C; Sturza, J.A.I. **A agricultura familiar e estratégias de reprodução social nos assentamentos rurais de Mato Grosso: caso do Assentamento Fazenda Esperança em Rondonópolis – MT.** In.: resumos do XXI Encontro Nacional de Geografia Agraria. Universidade Federal de Uberlândia - Outubro/2012.

MEDEIROS, L S. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002. 127p.

MENEGAT, A.S; FARIAS, M.F.L. **Pronaf Mulher: perspectivas para o empoderamento feminino nos Assentamentos Rurais do Estado de Mato Grosso do Sul.** In.: Resumos apresentado em Ponencia Representada ao VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural - Porto de Galinhas, 2010.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil).** In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS) 2005.

Ministério da Educação - **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Conselho Deliberativo.** Resolução/FNDE/CD/Nº 32 de 10 de Agosto de 2006.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado.** Brasília: MDA, 1999.

MDA/SAF. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Manual do crédito rural. Plano de Safra da agricultura familiar – 2004-2005.** Brasília: MDA/SAF, 2004. 25p.

MDA/SAF. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Manual do crédito rural. Plano de Safra da agricultura familiar – 2012/2013.** Brasília: MDA/SAF, 2013. 133p.

MDA/SAF. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Manual do crédito rural. Plano de Safra da agricultura familiar – 2012/2013.** Brasília: MDA/SAF, 2013 - p.22.

NAZZARI, Rosana Kátia et al. **Organização de Geysler Flor Bertolini, Lorene Terezinha Brandalise.** Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná. 2. ed. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2010.

NEGRI, P. S. **A identidade ecológica do Assentamento Dorcelina Folador – Araongas – PR.** (Dissertação de mestrado). Departamento de Ciências Sociais, UEL. Londrina, 2005.

NEVES, M. M. R. de N. **Relatos políticos (entrevistas: memória divisionista – MT)**. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.

OLIVEIRA, A. U. A “**Não reforma agrária**” do MDA/INCRA no governo Lula (2007). V Congresso Nacional do MST: uma obra coletiva da militância. Cartilha. São Paulo. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.**

Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/tema/desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 12 de jan. 2014.

PACHECO, R. A. S. PACHECO, C. R. Questão Agrária e Regularização Fundiária: a ação do Estado e o conflito de interesses entre trabalhadores rurais sem terra e povos indígenas. **Planejamento e Políticas Públicas- PPP**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, Brasília, n. 34. p. 258-287, jan./jun. 2010.

PESSOA, Elen. **Políticas Públicas de crédito para a agricultura familiar. O caso da Comunidade de Santa Ana - Assentamento Itabocal/ Mãe do Rio-Pará.** (Dissertação de Mestrado). Planejamento do Desenvolvimento-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPA. Belém/Pará, 2010.

PÉRSICO, João Augusto. **CARTILHA DE ACESSO AO PRONAF: saiba como obter crédito para a agricultura familiar.** Brasília/DF, 2011.

RAYFF, K. D.da S. e COELHO, L. A. da S. **Análise da Comercialização e do Impacto do PAA e PNAE na condição de vida das famílias agricultoras de Bananeiras, na Paraíba.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Economia. Paraíba/Pará, 2011.

SACHS, I. **Das coisas e dos homens: Teoria do Desenvolvimento a espera de sua revolução copernicana.** *Jornal da Ciência (JC E-Mail) - Notícias de C&T - Serviço da SBPC*, no. 1836. São Paulo, 23 de julho de 2001.

SANGALLI, A. Rita. **Diagnóstico socioeconômico e potencialidades de desenvolvimento sustentável no assentamento rural – Assentamento Rural Lagoa Grande.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/Mato Grosso do Sul, 2013).

SARACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualisation. **Journal of Rural Studies**. v. 10, n. 4, p 321-330, 1994.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Políticas Públicas: conceitos e práticas.** Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral / Coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008.

SABOURIN, E., RODRIGUES, J. A. **Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Território Portal da Amazônia-MT**. Desenvolvimento Territorial, Diretrizes para a região da BR 163, v. 2., Projeto Diálogos (Ed) Brasília, WWF, Cirad, ICV, Ipam, CDS, UE, pp 45-81, 2009.

SABOURIN, Eric. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo Governo Lula**. In: Sociedade e Estado, Brasília, vol. 22, nº 3, p. 715-751. Set/dez 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/09.pdf>> Acesso em: 10/12/2013.

Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Resolução/FNDE/CD/Nº 32, DE 10 de 10 de agosto de 2006. Publicada no DOU de 11/08/2006, Seção I, p. 27. Estabelece as normas para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, S. P. **Políticas públicas e agricultura familiar: uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha**. Viçosa: UFV, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Viçosa, 2008.

SILVA, S. P.. **Políticas Públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no território médio Jequitinhonha – MG**. Brasília: Janeiro, p.10. SOBER, 20112.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. p.138.

SILVA, S. M.; SOUZA, A. C.; SILVA, L. F.; PADOVAN, M. P.. **Sistemas agroflorestais diversificados no Cerrado: alternativa para usos múltiplos**. In: **SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL**, 4, 2012, Glória de Dourados, MS. .. Dourados, MS: Embrapa Agropecuária Oeste, 2012.

SOUZA, C. Ferreira. **Implantação de Apiários no Assentamento Amparo**. V SEREX – Seminário de Extensão Universitária da Região Centro Oeste. Universidade Federal de Goiás. Goiânia/Goiás, 2012.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S.; CAZELLS, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar**. In:

SCHNEIDER, S.; Silva, M. K., Marques, P. E. M. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. **STÉDILE. J. P. A Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1997.

TARSITANO, M. A. A. *et al.* Caracterização das ações de assistência técnica e extensão rural no assentamento Timboré (SP). In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. (Orgs.). **Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes.** Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 167-186.

TOMICH, T. R. *et al.* **Sistemas produtivos de assentamentos rurais no município de Corumbá, MS.** In: IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal: Sustentabilidade Regional. 2004, **Anais.** Corumbá: SIMPAN/2004, nov./ 2004. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos>> acesso em: 22 fev. 2011.

VALADARES, A. A.; LIMA JUNIOR, A. T.; FERREIRA, B.; ALVES, F. O rural na PNAD 2008. In: CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. (Orgs.). **Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida. Brasília: IPEA, 2011.** 283 p.

VAN DER PLOEG, J. D; O Modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar.** Organizado por Sérgio Schneider, editora da UFRGS, Porto alegre, 2009.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, M. A. C. de. **Governanças na agricultura familiar: mercados, contratos, redes e cooperativismo.** In: Vilpoux, O. F. (Org.). Sustentabilidade na agricultura familiar. Curitiba: CRV, 2011. 289p.

APÊNDICE: QUESTIONÁRIO

LOTE Nº: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
 FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS



QUESTIONÁRIO SOCIECONÔMICO/AMBIENTAL/POLÍTICO DO ASSENTAMENTO AMPARO

I – IDENTIFICAÇÃO

Data da Entrevista: ____/____/2013.

1. Nome da propriedade (opcional): _____
2. É proprietário da terra em que produz? 1 - Sim 2 - Não (<i>se negativa, vá para a questão 3</i>)
2.1 Como adquiriu o lote: 1- INCRA 2 - Terceiros 2.2 Ano de aquisição do lote: _____
2.3 É o primeiro proprietário: 1- Sim 2- Não
2.4 Tem documento de titularidade do lote: 1- Sim 2- Não 2.4.1 Qual? _____ (<i>vá para a questão 4</i>)
4. Escolaridade: _____
5. Nascimento: ____/____/____ 5.1 Cidade/estado: _____
6. Estado Civil: 1- Solteiro(a) 2- Casado(a) 3- Separado(a) 4- Viúvo(a) 5- Junto(a)
7. Há quanto tempo mora no assentamento? _____ anos ou desde: _____
8. Há quanto tempo trabalha no meio rural? _____ anos ou desde: _____
9. Qual foi sua principal ocupação no meio rural antes do assentamento? 1- nenhuma 2- empregado de fazenda 3- diarista 4- arrendatário 5- meeiro 6- agricultor proprietário 7- Outra _____
10. Já trabalhou fora do meio rural? 1- Sim 2- Não 10.1 Em que função? _____
11. Comparando a função antes da ocupação do lote com a atual, a situação melhorou? 1- Sim 2- Não
12. Atualmente trabalha fora da propriedade: 1- Sim 2- Não (<i>se negativa, vá para a questão 13</i>)
12.1 Em qual categoria? 1- Autônomo(a) 2- Assalariado(a) c/carteira assinada
3- Assalariado(a) s/carteira assinada 4- Outra _____
13. Incluindo você, quantas pessoas moram na propriedade? _____

Sexo (Masculino/ Feminino)	Idade (anos)	Parentesco	Estuda	Escolaridade/Série
1-M 2- F			1-Sim 2-Não	
1-M 2- F			1-Sim 2-Não	
1-M 2- F			1-Sim 2-Não	
1-M 2- F			1-Sim 2-Não	
1-M 2- F			1-Sim 2-Não	

14. Alguma(s) dessa(s) pessoas trabalha(m) fora da propriedade? 1- Sim 2- Não
14.1 Quem? _____ 14.2 Em que função/atividade? _____

15. Renda da Propriedade:
1- Menos de 1 SM (menos de R\$ 678,00) 2- 1 SM (R\$ 678,00) 3- De 1 a 2 SM (De R\$ 678,00 até R\$ 1.353,00)
4- De 2 a 3 SM (De R\$ 1.353,00 até R\$ 2.034,00) 5- Mais de 3 SM (mais de R\$ 2.034,00)

16. Complementação de renda?
1- Sim 2- Não
(Se negativa, vá para a questão 17)

1- Salário mensal 2- Aposentadoria 3- Pensão
4- Diarista 5- Comércio 6- Aluguel
Bolsa: 1- Sim 2- Não 3- Bolsa família 4- Outra(s) _____
Beneficiário(s) _____

16.1 Renda Complementar:
1- Menos de 1 SM (menos de R\$ 678,00) 2- 1 SM (R\$ 678,00) 3- De 1 a 2 SM (De R\$ 678,00 até R\$ 1.244,00)
4- De 2 a 3 SM (De R\$ 1.244,00 até R\$ 1.866,00) 5- Mais de 3 SM (mais de R\$ 1.866,00)

17. Total de renda média familiar em SM: R\$ _____

II - ÁREA SOCIAL / AMBIENTAL

18. Área (ha): _____	18.1. Quanto de área plantada: _____
18.2 Quanto de área preservada: _____	18.3 Área ocupada pela sede: _____
19. Nº de casas no lote: _____	1- acabada(s) 2- semi-acabada(s) 3- em construção(s)
20. Material predominante na construção: 1- Alvenaria 2- Madeira 3- Lona 4- Outra _____	
21. Origem da água: 1- Rede pública 2- Poço comum 3- Poço artesiano 4- Nascente 5- Açude 6- Outra _____	
22. Possui Plano de Saúde? 1- Sim 2- Não Qual? _____	
23. Há nascente ou córrego no lote? 1- Sim 2- Não	
24. Possui área de preservação permanente (APP)? 1- Sim 2- Não	
25. Possui reserva legal? 1- Sim 2- Não	

26. Que tipos de práticas de preservação ao meio ambiente utiliza? _____ _____
27. Tem outra área arrendada? 1- Sim 2- Não 28.1 Neste assentamento? 1- Sim 2- Não 27.2 Nº lote: _____ 27.3 Tamanho da área arrendada: _____

III - PRODUÇÃO ANUAL DA PROPRIEDADE (subsistência/comercialização, incluso artesanato)

28. Culturas/animais	28.1 Área/ quant.	28.2 Produção Anual	28.3 Consumo/ Venda
28.a			
28.b			
28.c			
28.d			
28.e			
28.f			
28.g			

IV - COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

29. Produtos do lote comercializados:
30. Onde são comercializados?
31. Forma de escoamento da produção? _____
32. Beneficia algum produto no lote? 1- Sim 2- Não Qual(is)? _____
33. Onde é armazenada a produção? _____
34. O que é necessário para melhorar a produção do seu lote? _____ _____

V - SISTEMA ORGÂNICO

35. Tem produção orgânica na propriedade? 1- Sim Quais _____ 2- Não 40.1 Por que? _____
36. Tem interesse pela produção orgânica? 1- Sim 2- Não 36.1 Por que? _____

VI – CAPACITAÇÃO / ASSISTÊNCIA TÉCNICA

37. Participou de curso de capacitação nos últimos 12 meses? 1- Sim 2- Não Quantos? _____ Instituição Promotora: _____

38. Recebe assistência técnica? 1- Sim 2- Não (<i>se negativa, vá para a questão 50</i>)
38.1 Qual Instituição? _____
38.2 Classifique quanto à utilidade: 1- Ótima 2- Boa 3- Regular 4- Ruim
39. Frequência: 1- Semanal 2- Quinzenal 3- Mensal 4- Semestral 5- Anual 6- Não lembra
40. Cite alguns problemas que a assistência técnica deveria ajudar a resolver:

VII – POLÍTICAS PÚBLICAS

41. Conhece os programas do governo voltados para a agricultura familiar? 1- Sim 2- Não			
41.1 Quais desses financiamentos você já utilizou desde quando entrou na propriedade?	41.2 Já utilizou	41.3 Esta utilizando	41.4 Porque?
PRONAF CUSTEIO			
PRONAF INVESTIMENTOS (MAIS ALIMENTOS)			
MICROCRÉDITO RURAL			
PRONAF			
AGROECOLOGIA			
PRONAF ECO			
PRONAF ECO DENDE			
PRONAF AGROINDUSTRIA			
PRONAF SEMIARIDO			
PRONAF JOVEM			
PRONAF FLORESTA			
PRONAF CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO DE AGROINDUSTRIA FAMILIARES			
PRONAF COTA PARTE			
PRONAF INVESTIMENTO PARA REFORMA AGRÁRIA			
PRONAF CUSTEIO PARA REFORMA AGRÁRIA			

PAA			
PNAE			
PROGRAMA PARA CONSTRUÇÃO E OU AMPLIAÇÃO DE CASAS			
OUTROS			

42. Porque não utiliza esses financiamentos?

43. Quais foram as dificuldades para receber e implementar os financiamentos?

VIII - ASSOCIATIVISMO/ COOPERATIVISMO

44. Participa de Associação 1- Sim 2- Não *(se negativa, vá para a questão 56)*

44.1 Qual? _____

44.2 Quanto tempo?

45. Participa de Cooperativa 1- Sim 2- Não *(se negativa, vá para a questão 57)*

45.1 Qual? _____

45.2 Quanto tempo? _____ 46.3 Exerce cargo/função? 1- Sim 2- Não

45.3.1 Qual? _____

IX - RESPONSABILIDADE PELAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE (X)

47. Quem realiza as atividades na propriedade?

X – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

48. Como é feito o planejamento na propriedade sobre o que, quanto e como produzir?

49. Busca informações sobre a gestão da propriedade nos meios de comunicação? 1- Sim

Qual (is): 1- Rádio 2- Televisão 3- Jornal 4- Revista 5- Internet

2- Não 3- Outro(s) _____

50. Utiliza serviços de contador? 1- sim 2- não Quais? _____

51. Você acha importante para realizar o controle financeiro da propriedade? 1- sim 3- não

52. Teria alguma sugestão de incentivo do governo nesse sentido? 1- sim 2- não Qual? _____

53. Existe controle de despesas/receitas da propriedade? 1- Sim 2- Não

54. De que forma é feito esse controle? _____

55. Quais as principais dificuldades enfrentadas na propriedade? _____

56. Existe algum tipo de apoio para diminuir essas dificuldades?

1- Sim, de quem? _____ 2- Não

57. Você está satisfeito com a sua vida no assentamento? 1- Sim 2- Não

57.1 Em que nível? 1- insatisfeito 2- pouco satisfeito 3- satisfeito 4- muito satisfeito

58. O que deveria ser feito para melhorar a produção e a qualidade de vida na propriedade? _____

Observações do (a) entrevistador (a):

RESPONSÁVEL PELA ENTREVISTA